

# PARÁ Industrial

OUTUBRO DE 2018 • ANO 10 • EDIÇÃO 39

## PARÁ PRECISA QUEBRAR BARRERAS

**EMPRESÁRIOS REÚNEM  
PROPOSTAS PARA  
AUXILIAR OS PRÓXIMOS  
GOVERNANTES RUMO AO  
DESENVOLVIMENTO**





## Deixe a Rede CIN abrir as portas para a sua empresa no exterior

O CIN Pará, coordenado pela FIEPA, existe desde 1998 para ajudar na internacionalização das empresas, independentemente do grau de maturidade que possuem para exportar. São soluções completas para uma entrada bem-sucedida nos competitivos mercados globais.

**Quer expandir seus negócios lá fora?  
O CIN é a sua porta para o comércio exterior.**

Procure o CIN na FIEPA ou acesse [fiepa.org.br/servicos-cin](http://fiepa.org.br/servicos-cin) e saiba mais.

Informações:  
(91) **4009-4996 / 4994**





# 16

**DESAFIOS DA  
INDÚSTRIA PARA OS  
PRÓXIMOS ANOS**

# 14

Produtores de Tomé-Açu criam agroindústria de polpa de frutas e batem recorde de faturamento

# 20

A mega estrutura da maior usina hidrelétrica 100% brasileira

# 22

Eficiência energética é emergencial para a competitividade das indústrias

# 28

IEL realiza workshop sobre sucessão familiar e ajuda a esclarecer dúvidas

## SEÇÕES

- Editorial  
Pág. 5
- Radar da Indústria  
Pág. 6
- Direitos e Deveres  
Pág. 32
- Vida Corporativa  
Pág. 50
- **ARTIGOS**
- Nilson Azevedo  
Pág. 13
- Frederico Bussinger  
Pág. 25

# 34

Indústrias da pesca buscam mais políticas públicas para se desenvolver

# 38

SESI ajuda jovens e adultos a avançarem na formação profissional

# 42

Sexta edição do Prêmio REDES/FIEPA marca 18 anos da iniciativa no Estado

# 46

Alternativas para a destinação final dos resíduos no Pará



# 6

**A INDÚSTRIA 4.0 É UMA ALUSÃO À QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL. DIFERENTEMENTE DAS TRÊS ANTERIORES, ESTA É A PRIMEIRA VEZ QUE A SOCIEDADE IDENTIFICA A EXISTÊNCIA DE UMA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL EM CURSO”**

**ENTREVISTA** com Jefferson de Oliveira Gomes, Diretor Regional do SENAI de Santa Catarina. **Pág. 10**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ - SISTEMA FIEPA**  
**QUADRIÊNIO 2018/2022**

**PRESIDENTE**

José Conrado Azevedo Santos

**VICE-PRESIDENTES**

**Vice-Presidente Executivo**

Marcos Marcelino de Oliveira  
Nilson Monteiro de Azevedo  
José Fernando de Mendonça Gomes Junior  
José Maria da Costa Mendonça  
Rita de Cássia Arêas

**Vice-Presidente**

Shydney Jorge Rosa  
Marcelo Gil Castelo Branco  
Fabio Ribeiro de Azevedo Vasconcellos  
Luiz Otávio Rei Monteiro  
Juarez de Paula Simões  
Carlos Jorge da Silva Lima  
Clóvis Armando Lemos Carneiro  
Solange Maria Alves Mota Santos  
Alex Dias Carvalho

**TESOUREIROS**

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro  
Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

**SECRETÁRIOS**

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Tesoureiro  
Maria de Fátima Chamma • 2º Tesoureiro

**DIRETORES**

Josefran da Silva Almeida  
Leônidas Ernesto de Souza  
Oséas Nunes de Castro  
Apoliano Oliveira do Nascimento  
Fernando Antônio Ferreira  
Marcello Silva do Amaral Brito  
Rivanildo Samuel Hardman Junior  
Antônio Emil dos Santos Lourenço Castanheira de Macedo  
Daniel Acatuassú Freire  
Paulo Afonso Costa  
Maurício Ríozo Lima Kaiano  
Neudo Tavares  
Mário César Lombardi

**CONSELHO FISCAL**

**Efetivos**

André Luiz Ferreira Fontes  
Fernando Bruno Carvalho Barbosa  
Raimundo Gonçalves Barbosa

**Suplentes**

Fábio Resque Vieira  
Ábilio Furtado Henriques

**DELEGADOS**

**Efetivos junto à CNI**

José Conrado Azevedo Santos  
Fabio Ribeiro de Azevedo Vasconcellos

**Suplentes junto à CNI**

Nilson Monteiro de Azevedo  
José Maria da Costa Mendonça

**SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI E DIRETOR REGIONAL DO SENAI**

Dário Antônio Bastos de Lemos

**SUPERINTENDENTE DO IEL**

Carlos Auad

**DIRETOR EXECUTIVO DA FIEPA**

Ivanildo Pontes

**CHEFE DE GABINETE DA FIEPA**

Fabio Contente Biolcati Rodrigues



**OUTUBRO DE 2018**  
**ANO 10 • EDIÇÃO 39**

**PRODUÇÃO**

Assessoria de Comunicação do Sistema FIEPA  
Temple Comunicação

**REDAÇÃO**

**Coordenação:** Elen Nêris  
**Edição:** Temple Comunicação, Maria Luiza Martins  
**Textos:** Adriana Ferreira, Elen Nêris, Fernando Gomes, Maria Luiza Martins, Thayana Araújo, Jobson Marinho, Fabiana Gomes, Eduardo Laviano (estagiário)  
**Capa:** Calazans Souza  
**Projeto gráfico:** Calazans Souza  
**Fotos:** Pedro Sousa e divulgação  
**Tratamento de imagem e diagramação:** Calazans Souza  
**Revisão de conteúdo:** Ivanildo Pontes e Elen Nêris

**PUBLICIDADE**

Assessoria de Comunicação do Sistema FIEPA  
(91) 4009-4816  
**Impressão:** Marques Editora  
**Tiragem:** 15.000 exemplares

*\* As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, o pensamento da FIEPA.*



**FALE COM A**  
**PARÁ INDUSTRIAL**

Assessoria de Comunicação do Sistema FIEPA  
Travessa Quintino Bocaiúva, nº 1588, 7º andar.  
CEP: 66035-190. Belém (PA). (91) 4009-4815 / 4816 / 4817  
Comentários e sugestões de pauta: [ascom@fiepa.org.br](mailto:ascom@fiepa.org.br)

Acompanhe o Sistema FIEPA na internet:

➔ [www.fiepa.org.br](http://www.fiepa.org.br)

**facebook** /SistemaFIEPA

**twitter** @SistemaFIEPA

**flickr** /SistemaFIEPAweb

**Instagram** @SistemaFIEPA

**YouTube** /SistemaFIEPA



## UMA IMERSÃO NAS PRINCIPAIS EXPERIÊNCIAS DE INOVAÇÃO NOS ESTADOS UNIDOS

**JOSÉ CONRADO SANTOS**

PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – SISTEMA FIEPA

O Brasil ocupa o 64º lugar em um ranking de 126 países no Índice Global de Inovação (IGI). O primeiro lugar geral pertence à Suíça e, na América Latina, quem ocupa a primeira posição é o Chile, posicionado como o 47º lugar no ranking mundial. Esses resultados são de julho deste ano.

O IGI é um dos principais instrumentos para que empresários, formuladores de políticas públicas, avaliem o progresso dos países. Publicado anualmente pela Universidade Cornell, pelo INSEAD (uma das principais escolas de negócios do mundo) e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), o índice tem como parceiros no Brasil a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

O Brasil, que já esteve na 47ª posição, precisa urgentemente de mais investimentos no setor e de políticas públicas que possam incentivar e acelerar esse processo, que está intimamente ligado à competitividade do nosso país. Uma iniciativa nesse sentido, na qual o Sistema FIEPA teve participação recentemente, foi o Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação, promovido pela CNI, por meio da agenda da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI).

Realizada em agosto, a imersão promoveu a interação dos participantes com executivos de alto escalão do setor privado, governo e academia dos Estados Unidos. O objetivo foi criar oportunidades para os brasileiros se atualizarem em temas de maior relevância para a competitividade dos negócios, além de estimular a cooperação em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Em nosso primeiro dia da imersão, em Washington, fomos ao Council on Competitiveness (Conselho de Competitividade), onde pudemos ter uma visão geral do ambiente de inovação americano, seus pilares, principais atores e políticas públicas bem-sucedidas. Visitamos também o escritório, em Washington, da Arizona State University-ASU, considerada uma das universidades mais inovadoras do país, e finalizamos o dia na Smithsonian Institution, importante instituição de pesquisa científica que trabalha em regime

de cooperação com algumas entidades brasileiras.

Essa ambientação inicial foi realizada para que o grupo tivesse um melhor aproveitamento das visitas técnicas que viriam nos próximos dias. Prosseguimos então o roteiro visitando locais como o laboratório de pesquisa da IBM, em Nova Iorque; o SOSA, uma plataforma de integração entre vários agentes de diferentes ecossistemas de inovação; o Power America, um dos institutos público-privados criados à época do governo Obama para promover a inovação na indústria manufatureira e o laboratório de computação de alta performance de Oak Ridge, que hoje abriga o maior supercomputador do planeta.

Enfim, uma agenda intensa, que nos confirmou o quanto nosso país precisa de políticas públicas para que a inovação seja uma realidade. Investimentos em pesquisa e inovação, valorização dos profissionais pesquisadores, aproximação da academia com o setor privado, incentivos aos empresários para fazerem esse tipo de investimento, são apenas algumas das ações que ajudariam o Brasil a subir mais alguns degraus no IGI e tornar-se, pelo menos, uma liderança na América Latina.

Tivemos uma experiência surpreendente no Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação, uma vez que vimos de perto o nível de estudos que já estão sendo colocados em prática nos Estados Unidos. Temos esperança de que isso também aconteça no Brasil e, particularmente, no nosso Estado do Pará, haja vista que a CNI está dando um apoio muito importante nesse sentido.

Ao longo dos dez anos, a CNI criou a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento do qual fazem parte mais de 200 empresas e cujo objetivo é intensificar a articulação entre setor empresarial e governo para a melhoria das políticas de inovação e estimular investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento. Foi a partir daí que nasceram iniciativas importantes, como a rede de 25 Institutos SENAI de Inovação – entre eles o do Pará, voltado para as tecnologias minerais – e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). 

# RADAR DA INDÚSTRIA



XIV FEIRA DA  
INDÚSTRIA  
DO PARÁ

## FIPA 2019

A Feira da Indústria do Pará (FIPA) está com a venda de estandes em andamento. O evento, que é uma vitrine para a indústria paraense mostrar seus produtos, será realizado de 15 a 18 de maio de 2019 no Hangar. Para saber mais das vantagens e condições de pagamento dos espaços, os contatos são (91) 4009-4807 ou 3223-8575.



## POSSE DA DIRETORIA

Uma nova diretoria da FIEPA tomou posse, em agosto, com 34% de renovação. A presidência segue com José Conrado Santos, que em seu discurso, prometeu focar o trabalho da nova gestão no fortalecimento dos sindicatos e no incentivo à inovação do parque industrial paraense. A gestão será pelo quadriênio 2018 - 2022.



## INDÚSTRIA 4.0

Com o objetivo de esclarecer sobretudo o que envolve a Indústria 4.0, o SENAI Pará realizou, em setembro, um dia inteiro de ações gratuitas com empresários e comunidade. A programação, intitulada Desvendar 4.0, envolveu mesa-redonda e palestra com especialistas, além de workshops tecnológicos voltados para mulheres, pessoas com mais de 40 anos e adolescentes. Os participantes puderam sentir, na prática, como ocorre o processo de automatização de uma empresa, como programar um circuito de robótica e como controlar uma indústria a quilômetros de distância por meio de aplicativos, por exemplo. O Desvendar 4.0 foi realizado simultaneamente em todos os estados do Brasil. No Pará, a unidade do SENAI Getúlio Vargas sediou o evento.



## IEL E SEBRAE/PA RENOVAM PARCERIA

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL-PA) e o Sebrae/PA renovaram, em setembro, a parceria para a execução do Programa de Certificação em Gestão (PCG), que vai atender 20 micro e pequenas empresas de Belém e Barcarena. Durante seis meses, empresários receberão diagnósticos, consultorias, pré-auditorias, auditorias e feedbacks da equipe de consultores e auditores das duas instituições. O objetivo é capacitar as empresas para que se tornem mais competitivas, atinjam resultados positivos e, conseqüentemente, gerem novos postos de trabalho. A primeira etapa do programa foi realizada em 2017 e capacitou 19 empresas nas cidades de Castanhal e Paragominas, por meio de conteúdo diferenciado, inovador e que estabeleceu procedimentos e ferramentas para o cumprimento das exigências legais e de qualidade necessárias para o aumento da credibilidade organizacional.

## ATUAÇÃO ARTICULADA

O Sistema FIEPA iniciou em julho deste ano a implantação do Modelo de Atuação Articulada entre as áreas Sindical e de Mercado do Sistema Indústria. O objetivo do programa é, por meio de visitas às empresas e realização de workshops setoriais, identificar as principais demandas para prover soluções em educação, tecnologia, segurança e gestão por meio do SESI, SENAI e IEL e, desta forma, melhorar o atendimento às indústrias paraenses, além de incentivar o associativismo. O trabalho está sendo implantado no Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará (Sindirepa), no Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado do Pará (Simepa) e no Sindicato da Indústria da Construção do Estado do Pará (Sinduscon). A partir de 15 de outubro, outros sindicatos poderão aderir ao programa. Mais informações pelo telefone (91) 4009-4842.

## IMERSÃO

O Sistema FIEPA integrou o grupo que participou do Programa de Imersões em Ecossistemas de Inovação, nos Estados Unidos, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Realizada em agosto, a programação incentivou a interação dos participantes com executivos de alto escalão do setor privado, governo e academia norte-americanos.



# RADAR DA INDÚSTRIA

## PRIMEIRO CURSO TÉCNICO TÊXTIL DA REGIÃO NORTE

O SENAI Cetiqt e o SENAI Pará, em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Técnica e Tecnológica (Sectet) e a Companhia Têxtil de Castanhal (CTC), lançaram o primeiro Curso Técnico Têxtil *in company* da região Norte. A capacitação está sendo realizada por meio da unidade do SENAI Castanhal, sendo 80% na modalidade a distância e 20% na modalidade presencial. O SENAI Cetiqt, um dos maiores centros latino-americanos de produção de conhecimento aplicado à cadeia produtiva da indústria têxtil, será responsável pela gestão e operacionalização do curso, além de providenciar o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Já o SENAI Pará disponibilizará os instrutores, que irão ministrar os encontros presenciais a serem realizados na sede da CTC. A turma é composta por 52 alunos e terá encontros presenciais uma vez ao mês. A iniciativa visa formar mão de obra qualificada para o setor de produção têxtil no Estado.



## ESCOLAS SESI SÃO DESTAQUE NO IDEB

Quatro escolas da Rede de Ensino SESI no Estado do Pará receberam destaque no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), divulgado no mês de setembro. O IDEB é o índice que mede o desempenho do sistema educacional brasileiro e tem metas estabelecidas até o ano de 2021, com o objetivo de melhorar a educação em nível nacional. As escolas do SESI em Castanhal e Santa Izabel ficaram em primeiro lugar entre as escolas participantes nos municípios, e as escolas de Altamira e Paragominas ficaram na segunda colocação. O resultado superou as metas estipuladas pelo Ministério da Educação e confirma que o projeto educacional voltado para o mundo do trabalho é um modelo vitorioso e que contribui para o desenvolvimento do Estado e do país.



## SESI PREPARA EMPRESAS PARA IMPLANTAÇÃO DO eSOCIAL



Com a aproximação da obrigatoriedade do eSocial, as empresas terão que manter processos bem definidos e integrados para atender aos requisitos da legislação brasileira. Para auxiliar suas empresas clientes, o SESI Pará desenvolveu uma metodologia que vai preparar as indústrias locais para vivenciar esse processo. Por meio da 'Consultoria em SST para o eSocial', o SESI realizará um diagnóstico, seguido por consultoria e plano de ação para solucionar as inconformidades identificadas. Com a metodologia, as empresas poderão melhorar a integração das informações e processos de segurança e saúde do trabalho (SST), garantir a coerência e consistência dos dados e viabilizar a adequação das organizações aos eventos relacionados à SST no eSocial. Os primeiros atendimentos devem ocorrer no último trimestre de 2018.

# SESI E SENAI COM GESTÃO UNIFICADA NO PARÁ

A partir de abril deste ano, o Serviço Social da Indústria (SESI/PA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/PA) passaram a ter uma gestão unificada, com Dário Lemos, já Diretor Regional do SENAI, assumindo também a superintendência do SESI no Estado.

Formado em ciências contábeis, Lemos já integra o SENAI há 35 anos. Entrou como estagiário e nestas mais de três décadas de casa passou por todos os setores voltados à área de administração, dentre eles, a Diretoria Administrativa, Diretoria de Gestão e, desde 2016, a Diretoria Regional da instituição no Pará. Com a junção do SESI à sua liderança, o diretor tem a missão de administrar, junto com seus colaboradores, 27 unidades fixas, 38 unidades móveis e nove escolas existentes no Pará.

Nesta entrevista, Dário Lemos fala sobre os desafios de estabelecer esta integração, perspectivas e projetos para este novo ciclo em sua administração.

## **Como o senhor enxerga este momento de integração entre estas duas instituições tão fortes e importantes para o segmento industrial?**

Este casamento de gestão entre o SESI e o SENAI já é realidade em 14 estados do Brasil e a tendência é que isto ocorra em todo o país. Os exemplos que temos destas

unificações são excelentes e acredito que aqui em nosso Departamento Regional, contando com a experiência que adquiri à frente do SENAI, a integração também se dará de maneira bastante natural, dando cada vez mais funcionalidade e agilidade aos processos. Além disso, este trabalho em conjunto já vem sendo um esforço do presidente do Sistema FIEPA, José Conrado Santos, que sempre incentivou ações integradas entre todos os órgãos que compõem esta Casa da Indústria.

## **Durante estes meses iniciais à frente das duas instituições, o que o senhor considera que avançou com a unificação da gestão?**

Neste primeiro momento, a área de Educação apresenta resultados mais palpáveis neste sentido. Acabamos de formar dezenas de alunos do EJA Profissionalizante, uma parceria do SESI com o SENAI, que integra o ensino médio à educação profissional. Agora, assinamos o compromisso de realizar também o MedioTec, em 2019, voltado para alunos do ensino regular do SESI que, concomitantemente, farão um curso técnico no SENAI. Ainda neste âmbito educacional, daremos um foco especial para disciplinas que são as principais demandas da indústria, como as ciências exatas voltadas para a engenharia, por exemplo. O objetivo com isto é alavancar ainda mais a qualidade do ensino e formar pessoas muito bem preparadas para o mercado de trabalho e estimuladas ao empreendedorismo.

## **Além da educação, quais são suas outras prioridades?**

Já temos avançado bastante no SENAI no que diz respeito à oferta de soluções em tecnologia e inovação para as nossas indústrias, queremos nos tornar referência neste segmento. Este foco será dado também ao SESI, intensificando nossos esforços à promoção de serviços de saúde e segurança na indústria, visando sempre o bem-estar do trabalhador e, conseqüentemente, a maior produtividade das empresas paraenses. Tudo isto sem deixar de lado o que o SESI também faz com maestria há quase 70 anos de existência, que é a valorização da nossa cultura e a promoção de lazer e qualidade de vida aos trabalhadores e seus familiares.

## **Qual a sua filosofia de trabalho para este novo desafio, que é a unificação da gestão SESI e SENAI?**

Quando estudamos administração, tudo é importante e temos que ter uma visão macro das coisas, olhando de uma maneira especial para o nosso capital humano. Precisamos ter pessoas trabalhando de uma forma feliz, segura, para que elas possam desenvolver o máximo do seu potencial dentro da nossa instituição. Da nossa parte, o trabalho seguirá com muita dedicação e seriedade, respeitando os regulamentos, regras, procedimentos, recursos e orçamentos. É um conjunto, uma máquina que tem que funcionar, e nos esforçaremos para que, se existirem, as falhas sejam as menores possíveis.



📍 Dário Lemos,  
Superintendente  
Regional do SESI e Diretor  
Regional do SENAI

# INDÚSTRIA 4.0 JÁ É REALIDADE

**Ainda um pouco distante desta verdade, o Brasil precisa se adequar, rapidamente, para agarrar a oportunidade e garantir a competitividade. Para isso, a indústria brasileira tem um duplo desafio: buscar o desenvolvimento das soluções tecnológicas e ter agilidade para reduzir a distância para os principais competidores internacionais. Para Jefferson de Oliveira Gomes, Diretor Regional do SENAI de Santa Catarina e professor do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, os empresários brasileiros precisam repensar a estrutura organizacional e estar dispostos a correr riscos.**

**São muitas as definições para a Indústria 4.0, como a indústria que se comunica entre si; a eliminação do desperdício; sistema autônomo; intercomunicação de todos os produtos, insumos e máquinas. Mas, de fato o que é a Indústria 4.0?**

Seguindo a definição da Academia Nacional de Ciência e Engenharia da Alemanha (ACTECH), a Indústria 4.0 visa desenvolver indústrias que aprendem e se tornam ágeis. O aprendizado e a agilidade são alcançados pelo uso de uma ampla gama de tecnologias que permitem obter informações sobre o que está acontecendo no chão de fábrica, sobre o uso dos produtos industrializados, assim como sobre o comportamento do mercado de forma geral.

**O Brasil está pronto para a Indústria 4.0?**

A avaliação do Fórum Econômico Mundial, no relatório que apresenta o quanto uma centena de países estão preparados para o futuro da produção, aponta que estamos classificados como um país nascente. Esse é o grupo que contempla quase dois terços do total dos países avaliados e se caracteriza por ter uma estrutura de produção menos avançada, bem como vetores de produção menos favoráveis. Estes vetores de produção são definidos a partir do desempenho do país em relação ao seu capital humano, sistema de inovação, leis e regulamentações, abertura econômica, entre outros. Numa breve comparação, segundo este estudo, quando considerados os vetores de produção, o Brasil tem um desempenho semelhante ao do México. Contudo, este país é o único da América Latina que está classificado como um país legado. Ou seja, o México, por já ter uma estrutura de produção mais robusta, se destaca dos demais países latino-americanos.



**A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI) E O SENAI LANÇARAM NESTE ANO A CARTA DA INDÚSTRIA 4.0. NESTA CARTA, APRESENTAMOS DICAS PRÁTICAS, SIMPLES E ACESSÍVEIS PARA TODAS AS EMPRESAS, SOBRETUDO PARA AS DE MICRO E PEQUENO PORTE”**



### **De que forma as empresas brasileiras podem se adequar a esta evolução?**

Na Alemanha, berço da Indústria 4.0, as empresas começaram a se inserir nessa temática a partir de projetos de TI (tecnologia da informação) dentro das fábricas, de forma isolada. Porém, essa estratégia se mostrou falha por negligenciar o estabelecimento de um pensamento mais holístico. A partir disso e considerando a realidade brasileira, entendemos que as empresas precisam ampliar sua compreensão sobre os conceitos e tecnologias disponíveis na Indústria 4.0. Posteriormente, recomendamos realizar uma avaliação do seu grau de maturidade em Indústria 4.0 e, então, elaborar um *roadmap* (roteiro, planejamento) de ações que lhes permitam utilizar os conceitos e ferramentas da Indústria 4.0 para melhorar seu aprendizado e agilidade. Inclusive, o SENAI, no site [senai40.com.br](http://senai40.com.br), disponibiliza uma ferramenta gratuita para autoavaliação de maturidade em Indústria 4.0.

### **Mais do que adquirir novas tecnologias, o que o empresário precisa fazer para aprimorar a gestão da empresa para esta nova realidade?**

A cultura organizacional precisa, necessariamente, ser repensada. Estruturas hierárquicas rígidas não darão a agilidade necessária para as empresas se manterem competitivas. As oportunidades mais relevantes dentro da Indústria 4.0 estão ligadas ao potencial de geração de novos modelos de negócio, e isso exige, entre outras coisas, apetite por risco. Nesse aspecto, as empresas precisam abrir espaços para erros, pois inovar é trabalhar com o incerto, e punir as pessoas por seus erros irá inibir o processo criativo. 



### **Quais os maiores desafios impostos pela Indústria 4.0?**

Um grande desafio, para todos os países, está ligado à formação de pessoas com as competências exigidas para geração de bons resultados com a Indústria 4.0. Nesse ponto, precisamos pensar na formação tanto de trabalhadores, que já estão inseridos no contexto profissional, quanto de jovens que ainda entrarão no mundo do trabalho. Num prisma técnico, uma preocupação na Indústria 4.0 está ligada à cibersegurança, ou seja, num mundo cada vez mais conectado, é preciso dispor da segurança necessária para que os dados não caiam em mãos erradas. Ainda sob este prisma, outra ação que demanda atenção é a garantia da interoperabilidade. Ou seja, garantir que, por exemplo, máquinas e equipamentos de diferentes fabricantes consigam se comunicar.

### **A Indústria 4.0 é acessível também aos micro e pequenos empresários? Quais dicas você daria a eles?**

Certamente. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o SENAI lançaram neste ano a Carta da Indústria 4.0. Nesta carta, apresentamos dicas práticas, simples e acessíveis para todas as empresas, sobretudo para as de micro e pequeno porte. O documento apresenta quatro passos essenciais para as empresas considerarem: 1) elas devem enxugar seus processos produtivos; 2) precisam trabalhar na formação dos seus colaboradores, com destaque aos seus líderes; 3) podem começar sua atualização tecnológica com tecnologias baratas e acessíveis e 4) todas as empresas precisam investir em inovação.

### **O que mais a CNI tem feito para ajudar a indústria nesse sentido?**

Além da elaboração da Carta da Indústria 4.0, a CNI tem realizado uma série de estudos para auxiliar o setor produtivo no entendimento sobre as principais carências da indústria 4.0 nesta temática, além de apontar sugestões de como superar essas barreiras.

### **O que esperar da Indústria 4.0 daqui para frente?**

A Indústria 4.0 é uma alusão à Quarta Revolução Industrial. Diferentemente das três anteriores, esta é a primeira vez que a sociedade identifica a existência de uma revolução industrial em curso. Nesse ponto, podemos esperar mudanças cada vez mais significativas em todas as áreas, não apenas no contexto industrial. Um dos aspectos que difere esta revolução das anteriores é a velocidade com que tudo está acontecendo.

### **A parceria governo e setor privado é muito importante para deslançar a inovação e a tecnologia. Neste sentido, o que o poder público pode fazer para incentivar a Indústria 4.0?**

Criar e fortalecer conexões, ser um facilitador para o desenvolvimento de negócio, desburocratizando o custo Brasil para fortalecer o desenvolvimento de cadeias de suprimento nacionais, melhorar constantemente a infraestrutura de energia e de banda larga, analisar e propor novas regulações e legislações tipicamente requeridas em ambientes de novas tecnologias, participar da agenda de formação e de requalificação de trabalhadores, desde formações de cunho técnico até habilidades empreendedoras. E, em projetos estratégicos para a população, ser uma das partes demandantes e não simplesmente financiadora. ➡



**AS EMPRESAS  
PRECISAM  
ABRIR ESPAÇOS  
PARA ERROS,  
POIS INOVAR É  
TRABALHAR COM  
O INCERTO, E  
PUNIR AS PESSOAS  
POR SEUS ERROS  
IRÁ INIBIR O  
PROCESSO  
CRIATIVO”**



## TRIBUNAL DE RECURSOS FAZENDÁRIOS DO PARÁ

**NILSON AZEVEDO**

VICE-PRESIDENTE DA FIEPA

**P**ara a solução de litígios entre os contribuintes e Secretaria de Estado da Fazenda - devido à sua competência relativa aos tributos (ICMS, ITCD, IPVA) e Taxas de Recursos Hídricos - foram criados, por meio da lei n. 6.182/98, a Julgadora de 1ª Instância e o Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários do Pará (TARF). O objetivo é promover, da melhor forma, a justiça fiscal e o equilíbrio das contas públicas.

A Julgadora de 1ª Instância analisa a impugnação apresentada ao Auto de Infração (AINF) lavrado e decide, em 1ª Instância Administrativa, pela improcedência, procedência, procedência parcial ou nulidade ao AINF. Após a ciência da decisão, se esta estiver contrária à sua pretensão, o contribuinte terá 30 (trinta) dias para apresentação de recurso ao TARF – 2ª Instância Administrativa.

Qualquer interessado em pleitear a alteração de uma decisão desfavorável pode entrar com um recurso no Tribunal, mesmo sem o acompanhamento do advogado - embora seja aconselhável o apoio técnico desse profissional. Os julgamentos são definitivos, ou seja, não há possibilidade de recurso em outro tribunal, e garantem o direito de defesa do contribuinte, bem como resguardam a prerrogativa da Fazenda Pública de constituir o crédito, sempre no intuito de promover a distribuição da justiça administrativa pela aplicação da legislação estadual.

O TARF é um colegiado paritário composto por 25 membros, sendo um Conselheiro Presidente, oito Conselheiros Titulares e 16 Conselheiros Suplentes. A metade é de auditores fiscais representantes da Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) e a outra metade, de representantes dos contribuintes, por meio da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), Federação da Agricultura do Estado do Pará (FAEPA), Associação Comercial do Pará (ACP) e Federação do Comércio do Estado do Pará (FECOMÉRCIO).

Podem ser apresentados no TARF os seguintes recursos: De Ofício, Voluntário, Revisão e Reconsideração. No caso do Recurso de Ofício, ele só pode ser apresentado pelo Julgador de 1ª Instância e é cabível

para decisão contrária à Fazenda Pública. A apresentação do recurso suspende temporariamente o Auto de Infração, até que seja proferida a decisão do TARF que confirme a decisão inicial. O contribuinte não participa do recurso, mas será cientificado da decisão final.

Caso a decisão do TARF não confirme a decisão singular, ou seja, se for restabelecida a cobrança, total ou parcial, o contribuinte poderá apresentar, em até 30 dias, o Recurso de Reconsideração. O objetivo é reformar a decisão da Câmara de Julgamento que tenha acatado o Recurso de Ofício.

Já o Recurso Voluntário pode modificar a decisão de 1ª Instância contrária ao contribuinte, no todo ou em parte, e deve ser apresentado em até 30 dias.

Temos ainda o Recurso de Revisão, com prazo de 30 dias, cujo objetivo é uniformizar as decisões no TARF. Havendo divergência entre decisões tomadas nas Câmaras de Julgamento ou no Tribunal Pleno, e sentindo-se o contribuinte prejudicado por uma delas, ele pode então buscar a aplicação da outra decisão que lhe favorece.

Existe ainda outra possibilidade de solucionar as divergências: sempre que constatado equívoco na cobrança contida no Auto de Infração, o TARF faz a Revisão de Ofício do crédito, desde que seja para reduzir ou excluir o mesmo. Esta atuação independe de solicitação do contribuinte. Solicitações podem ser feitas por qualquer integrante da Câmara ou do Pleno ou, ainda, pelo Secretário de Estado da Fazenda, ou Procurador do Estado, devendo ser submetidas a julgamento quando acolhidas pelo Presidente do Tribunal (Art. 39-A decreto 3.578/99).

Outra competência é a de aprovar/modificar/cancelar Resolução Interpretativa, ou seja, o documento que fixa o entendimento do TARF sobre a interpretação e a aplicação da legislação estadual.

Para quem ainda não conhece a atuação do TARF, é importante informar que qualquer cidadão, seja contribuinte ou não, pode assistir às sessões, desde que não faça o uso da palavra, concedido apenas aos representantes dos contribuintes, da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado. ❏



# Produtores de polpa de frutas batem recorde

**O EMPREENDIMENTO É UM DOS BENEFICIADOS PELO CONVÊNIO INTERNACIONAL ENTRE SEBRAE, UNIÃO EUROPEIA E PARCEIROS INSTITUCIONAIS**

Há pouco mais de um ano, cerca de vinte produtores rurais moradores da comunidade de Miritipitanga, localizada no município de Tomé-Açu, no nordeste paraense, realizaram o sonho de terem reconhecidos os frutos de sua produção, alcançando mais R\$ 343 mil em faturamento. A agroindústria de polpa de frutas da associação de produtores

da comunidade começou a ser estruturada em meados de 2017, por meio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae no Pará, Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) e da Prefeitura Municipal de Tomé-Açu.

Ao longo do ano passado, os

produtores receberam orientações, capacitações e consultorias sobre gestão e inovação. Paralelamente, os associados conseguiram obter a formalização da agroindústria e o selo de inspeção estadual para o produto artesanal.

Organizados, os 24 produtores fornecem grande parte das polpas para escolas públicas do município e produzem cerca de três toneladas



## AL-INVEST

O projeto Crescer no Campo - fruticultura é um dos beneficiados pelo programa AL-Invest 5.0, um dos programas de cooperação internacional mais importantes da Comissão Europeia na América Latina, voltado para alavancar a produtividade de micro, pequenas e médias empresas.

A iniciativa faz parte de um dos programas regionais de cooperação econômica da Comissão Europeia para a América Latina, por intermédio da Câmara de Indústria, Comercio, Servicios y Turismo de Santa Cruz (Cainco), localizada na Bolívia.

Em 2017, a parceria já garantiu R\$ 800 mil em investimentos, beneficiando diretamente mais de 2.600 empreendedores dos segmentos de agronegócio e artesanato de todo o Estado.

de polpa de frutas por mês, superando as iniciais 1,5 toneladas em 2017. Ao todo são 11 tipos de frutas: manga, goiaba, acerola, maracujá, taperebá, caju, graviola, abacaxi, açaí, muruci, cupuaçu. “Quando tivemos a ideia de entregar polpas de frutas para a merenda escolar, não tínhamos muito conhecimento de como iniciar a comercialização do nosso produto e nem podíamos contratar uma empresa para nos instruir. Então, para nós, foi muito enriquecedor. Aprendemos sobre custos de produção, sobre as boas práticas para serviços de alimentação e tivemos a oportunidade de padronizar as nossas embalagens e uniformes”, explica o produtor rural da associação, Roseni Brasil.

Agora, a expectativa dos produtores é de ampliar a agroindústria e fazer a aquisição de equipamentos que aumentem a produtividade no processo de fabricação, além de estender a entrada de seus produtos em novos mercados e em outros municípios do estado do Pará.

Todo esse trabalho desenvolvido com os produtores contou com o incentivo do programa AL-Invest 5.0, voltado para alavancar a produtividade de micro, pequenas e médias empresas, do qual o Sebrae é a única instituição do Norte do Brasil contemplada, garantindo mais investimento no apoio aos empreendedores de segmentos importantes como o agronegócio.

Para o Diretor Administrativo do Sebrae no Pará, André Pontes, essa parceria com o programa AL-Invest e com as demais instituições é fundamental para o desenvolvimento dos pequenos negócios paraenses. “Além de estimular o empreendedorismo, buscamos fortalecer segmentos e cadeias produtivas importantes para a economia do nosso Estado, como a ostreicultura, a piscicultura, a mandiocultura, a fruticultura do açaí e outros frutos, o queijo do Marajó, a dinamização de feiras livres e o artesanato”, destaca o diretor. ➡

# PARÁ DEVE RESOLVER GARGALOS PARA CRESCER

**PARA ALAVANCAR O  
DESENVOLVIMENTO,  
ENTIDADES  
EMPRESARIAIS  
ELABORAM  
DOCUMENTO COM  
SUGESTÕES PARA  
OS PRÓXIMOS  
GOVERNANTES**

Com grandes riquezas e potencial para o desenvolvimento econômico, o Pará é um Estado que tem atraído o olhar de investidores. Até 2030, estão previstos 118 bilhões de reais em investimentos. Contudo, especialistas consideram que este número poderia ser bem maior, caso o Estado se tornasse mais eficiente em sua administração e legislação ambiental.

Fatores como insegurança jurídica, a falta de um programa efetivo de regularização fundiária, infraestrutura ainda insuficiente e a dificuldade de avanço nos licenciamentos ambientais de projetos importantes para o desenvolvimento fazem com que o Pará tenha um ambiente de negócios complicado e perca em competitividade. Resolver estas questões será um desafio para os representantes do Estado que serão eleitos este ano – tanto para os cargos do executivo quanto do legislativo.

Para o diretor do Sindicato dos Economistas do Pará (Sindecon), Luiz Euclides Feio, a diminuição da burocracia na máquina pública e nos licenciamentos deve ser uma prioridade para os próximos governantes. “O que entendemos que deva ser prioridade ao próximo governador, para que mais empreendimentos se instalem no Pará, gerando emprego, renda e desenvolvimento, são ajustes na máquina pública e burocrática, no sentido de tempestividade na concessão de licenciamentos, além de questões como outorga de água e melhor estruturação dos municípios, para tirar o Estado do desconfortável IDH que apresenta”.

Apesar de considerar que, do ponto de vista fiscal,



“É preciso avançar mais na construção de equipamentos de infraestrutura pública, capazes de suportar a atratividade e instalação de empreendimentos, sobretudo os de grande porte e o crescimento econômico”

LUIZ EUCLIDES FEIO,  
DIRETOR DO SINDECON

## O NÓ AMBIENTAL DO PARÁ

No Pará, 77% da extensão territorial é protegida por parques e florestas nacionais, reservas extrativistas, reservas naturais, áreas indígenas e áreas de povos e comunidades tradicionais. Dos 23% que sobram ao Estado, 50% são preservados por meio do cumprimento do Código Ambiental Brasileiro, que somente permite supressão vegetal de 50% das áreas. “O cumprimento do Código força o Estado a buscar maior eficiência e produtividade em suas áreas já antropizadas que permitirão fomentar atividades produtivas, incrementadoras do PIB, geradoras de ocupação, renda e desenvolvimento econômico. O Estado tem promovido licitações para exploração da atividade madeireira de baixo impacto nas áreas de reservas florestais. Isso é um passo importante para tornar produtivas áreas protegidas”, diz o economista Luiz Euclides Feio.

Com relação à legislação ambiental, o documento sugere que a proteção de áreas precisa ser flexibilizada. “Temos três ou quatro projetos de ouro aprovados pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) que estão parados, parados mesmo, por causa do meio ambiente - alguns deles já com a licença de implantação aprovada, mas que foram questionados na justiça. O setor madeireiro também é atingido. A própria fruticultura é atingida por conta da outorga da água. É um drama, como se não tivesse água na Amazônia”, afirma o vice-presidente da FIEPA, José Maria Mendonça.

Outra recomendação é a possibilidade de a licença ambiental ser declaratória – com o compromisso do empreendedor em cumprir as condicionantes. Além disso, as entidades empresariais sugerem que seja instituído um prazo limite para que o órgão licenciador se pronuncie sobre os estudos de impacto ambiental. Caso não responda, o projeto é aprovado por decurso do prazo. ➔

o Estado apresenta equilíbrio em suas contas, o economista Euclides Feio reconhece que há um inchaço da máquina pública – hoje com mais de 160 mil servidores públicos estaduais – além de uma crise econômica que também se reflete nos negócios locais. “Não só de equilíbrio da máquina pública vive o Estado. É preciso avançar mais na construção de equipamentos de infraestrutura pública, capazes de suportar a atratividade e instalação de empreendimentos, sobretudo os de grande porte e o crescimento econômico, além de melhorar a qualidade na prestação do serviço público aos cidadãos demandantes”, relata o economista.

Diante desse cenário, o Fórum das Entidades Empresariais do Estado do Pará elaborou o documento O Pará que queremos. Direcionada à sociedade paraense, especialmente aos futuros líderes dos poderes legislativo e executivo, a carta faz uma análise sobre os principais entraves e desafios atualmente enfrentados pelo setor produtivo e apresenta uma relação de dez propostas para que o Pará consiga melhorar o ambiente de negócios e,

desta forma, gerar mais emprego, renda e investimentos.

Dentre as sugestões estão o aumento na segurança jurídica, políticas de regularização fundiária, melhoria na qualidade da tributação e incentivos fiscais, plano de saneamento, privatização do Banco do Estado do Pará (Banpará), investimentos em educação e qualificação profissional, e mecanismos de participação nas decisões governamentais.

Para o vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José Maria Mendonça, três assuntos são basilares para o desenvolvimento do Pará nos próximos quatro anos: a questão ambiental, o investimento em logística e infraestrutura e a eficiência da máquina pública. “Pregamos uma diminuição na atividade meio do Estado e aumento na atividade fim. Menos burocracia e atuação maior na ponta, com mais médicos, mais policiamento. Outra coisa que a gente recomenda é elevar a eficiência do uso dos recursos naturais, preservando o meio ambiente, porém de forma racional e economicamente viável”, afirma Mendonça.

“Nossa expectativa é de que uma próxima gestão estadual esteja aberta a contribuições e soluções propostas pela indústria, no sentido de encontrar meios de viabilizar as demandas prementes do setor”

JOSÉ CONRADO SANTOS, PRESIDENTE DA FIEPA

## LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

Os projetos de infraestrutura e logística também devem ser priorizados pelos próximos governantes. Os empresários do Pará recomendam investimentos em estradas, ferrovias, aeroportos, portos e hidrovias. “Estamos defendendo a viabilização das hidrovias já estudadas porque com pouquíssimas intervenções elas já ficam prontas. Este é um modal importante porque é o mais barato e mais democrático. O custo de manutenção de uma hidrovia é mínimo. O que faltam são dragagens pontuais, alguns ajustes e a vontade política para fazer”, ressalta José Maria Mendonça.

Outro destaque dentre as propostas das lideranças empresariais paraenses é o investimento em ferrovias em várias regiões do Estado - na borda leste, a estrada de ferro ligando Barcarena a Santana do Araguaia e na borda oeste a Ferrogrão, além de investimentos na BR-163, para facilitar a saída da safra do Mato Grosso pelos portos do arco norte do Pará.

A estrutura para o beneficiamento e verticalização dos produtos paraenses também é uma questão a ser pensada. Produtos como a amêndoa do cacau podem aumentar em até dez vezes o seu valor de comércio quando industrializados. *In natura*, cada quilo da semente do cacau rende para o produtor R\$ 20, enquanto o mesmo peso em chocolate pode valer até R\$ 200. O

mesmo ocorre com outros produtos agrícolas e de mineração. “Hoje somos o primeiro Estado em produção dos primários, como açaí, mandioca, abacaxi, dendê, pimenta-do-reino e cacau, todos comercializados *in natura*, e isso precisa ser transformado industrialmente e agregado em valores. É preciso enxergar o Estado de forma diferente, sobretudo pela ótica da legislação, diferenciação tributária e dos projetos que serão discutidos nas casas de leis, e que estes parlamentares, de fato, demonstrem conhecimento e busquem ações capazes de nos desafiar a mudar os indicadores do Estado”, afirma Feio.

Para o presidente da FIEPA, José Conrado Santos, mais do que ser o setor responsável por quase 30% do PIB do Pará e empregar cerca de 160 mil trabalhadores, o setor produtivo pode ser um gerador de soluções e um parceiro para a gestão estadual. “Acompanhamos a movimentação de empresas que já estão no Estado e querem se desenvolver, e também novos empreendimentos que aqui querem se instalar. No entanto, temos muitos entraves que atrapalham a competitividade, o que acaba por comprometer resultados que poderiam ser ainda melhores na nossa economia. Nossa expectativa é que uma próxima gestão estadual esteja aberta a contribuições e soluções propostas pela indústria, no sentido de encontrar meios de viabilizar as demandas prementes do setor”, diz José Conrado Santos. ◀



“Estamos defendendo a viabilização das hidrovias já estudadas porque com pouquíssimas intervenções elas já ficam prontas. Este é um modal importante porque é o mais barato e mais democrático”

JOSÉ MARIA MENDONÇA, VICE-PRESIDENTE DA FIEPA



# CONHEÇA AS PROPOSTAS DO SETOR EMPRESARIAL

## **SEGURANÇA JURÍDICA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:**

Entendida como um dos maiores problemas que afetam os negócios do Pará, a falta de segurança jurídica nas questões fundiárias prejudicam novos investimentos. O documento propõe um efetivo Programa de Regularização Fundiária, o cumprimento de mandados de reintegração de posse já expedidos e o estabelecimento de prazos para a regularização de áreas pleiteadas ou em verificação.

## **ELEVAR A EFICIÊNCIA NO USO DOS RECURSOS NATURAIS PARA PRESERVAR O MEIO AMBIENTE (LEGISLAÇÃO E ADEQUAÇÃO AMBIENTAL):**

A revisão das reservas marinhas, a remuneração para proprietários rurais de áreas de reserva legal e a aprovação de um novo marco legal para o licenciamento ambiental, no Projeto de Lei 3729/2004, são algumas das propostas das lideranças empresariais do Estado.

## **MELHORAR A EFICIÊNCIA DO ESTADO (ADEQUAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA):**

Segundo os empresários, o orçamento da máquina pública e as regras de aplicação do ICMS trazem pressão entre o setor produtivo e o Estado. A recomendação é inibir a criação de novos municípios, ajustar as despesas do Estado e reduzir atividades meio para ampliar atividades fins.

## **AMPLIAR E MELHORAR A INFRAESTRUTURA:**

Para aumentar a competitividade das indústrias paraenses, os empresários sugerem mais investimento para projetos de infraestrutura em portos de Belém, Santarém e Barcarena. Estradas como a BR163, BR 158 e BR 155 também devem ser melhoradas, assim como ferrovias, hidrovias e aeroportos podem ser vetores do desenvolvimento caso recebam a atenção necessária.

## **MELHORAR A QUALIDADE DA TRIBUTAÇÃO (INCENTIVOS FISCAIS):**

Neste quesito, a principal recomendação é que os incentivos fiscais sejam concedidos por setor. Também se solicita a redução do ICMS sobre a energia elétrica e o combustível. Além disso, os empresários recomendam isenções de impostos para compras e investimentos feitos dentro do Pará e para a cadeia produtiva agropecuária.

## **FECHAMENTO DE CÂMBIO NO MUNICÍPIO DE ORIGEM DO BEM EXPORTADO:**

As entidades empresariais defendem a viabilização de mecanismos que levem o exportador a realizar sua troca de moedas nos municípios de origem do bem exportado. Isto geraria mais receitas em municípios onde se extraem *commodities*.

## **ELABORAR E REALIZAR UM PLANO DE SANEAMENTO PARA O ESTADO DO PARÁ:**

As propostas do setor produtivo incluem a otimização dos tributos destinados ao saneamento, além da criação de um programa que fortaleça os sistemas de abastecimento de água e as obras de esgotamento sanitário e drenagem urbana.

## **PRIVATIZAÇÃO DO BANPARÁ:**

Segundo os empresários, com a transição do banco para a iniciativa privada, o Estado ficaria mais livre para melhor usufruir de seu Tesouro, permitindo mais investimentos em saúde, educação e segurança.

## **EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL:**

Para auxiliar a formação de mão de obra, as propostas são terceirizar a administração das escolas públicas, estabelecer convênios com as entidades empresariais para ampliar a oferta de cursos profissionalizantes e oferecer bolsas de estudo para alunos de escolas públicas.

## **DIÁLOGO PERMANENTE E MECANISMOS DE ATUALIZAÇÃO, CORREÇÃO E PROPOSIÇÃO DE PRÁTICAS E OBJETIVOS PARA O MELHOR FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA DO PARÁ:**

Neste sentido, as recomendações são de envolver representantes do setor produtivo na criação de conselhos e órgãos colegiados para, em conjunto com o governo, discutir e propor ideias para o desenvolvimento econômico.



# Os superpesados da Usina Hidrelétrica Belo Monte

**APENAS TRÊS PEÇAS, JUNTAS, CHEGAM A PESAR 702 TONELADAS, O QUE EQUIVALE AO PESO DE QUASE 878 CARROS POPULARES**

A construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Médio Xingu, pode ser considerada uma das obras mais desafiadoras da engenharia moderna. Um marco para o setor elétrico, que a tornará a maior hidrelétrica 100% brasileira. E os milhões de metros cúbicos de concreto usados em sua construção chamam tanta atenção quanto as imensas estruturas que comportam as Unidades Geradoras (UGs) do empreendimento que já abastece as regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país.

O Conjunto Montado – nome que se dá a uma Unidade Geradora finalizada – é composto por 14 grandes peças, algumas consideradas gigantes não

somente por suas dimensões, mas pelo peso e dificuldade de serem transportadas até o município de Vitória do Xingu, no sudoeste do Pará, onde está situada a Usina.

Segundo o diretor de Produção e Implantação da Norte Energia, Flavio Doehler, três tipos de modal são utilizados para transportar as peças de Belo Monte: rodoviário, marítimo e fluvial. “Construímos uma Estação de Transbordo de Cargas especialmente para atender a hidrelétrica e garantir toda a segurança necessária para que os equipamentos chegassem ao canteiro de obras da Usina”, completou.

Pela Estação chegaram os três superpesados da



UHE Belo Monte, que impressionam pelo tamanho e peso: o Rotor da Turbina, que pesa 320 toneladas; o Transformador da Unidade Geradora, que chega a 270 toneladas (sem óleo e acessórios), e o Eixo da Turbina, com 112 toneladas. A soma das três peças, 702 toneladas, pode ser equiparada ao peso de quase 878 carros populares (considerando que um único carro básico tem cerca de 800 kg).

Outro desafio da Norte Energia é transportar as peças da Estação até as Casas de Força da Usina, onde ocorrem a montagem, os testes e a operação das UGs. Para que todo esse aparato chegue ao seu destino, a empresa segue os mais rigorosos procedimentos de segurança e envolve um grande número de profissionais de diversas especialidades.

Uma das curiosidades da logística empregada no transporte dessas cargas é a utilização de um veículo com 144 rodas. O equipamento é necessário para a distribuição adequada do peso nas rodovias, por onde passa em velocidade reduzida, além de possibilitar a amarração especial das peças a fim de evitar impactos, deslizamentos ou acidentes.

## ENERGIA PARA O BRASIL

Em operação desde abril de 2016, Belo Monte já conta com 15 das suas 24 unidades geradoras em atividade. São nove na Casa de Força Principal, com capacidade instalada de 5.500 megawatts (MW), e seis na Casa de Força Complementar, em Pimental, com 233,1 MW – o que totaliza 5.733 MW. Quando em plena operação, o empreendimento contará com 11.233,1 MW de potência instalada.

Os dois reservatórios da usina, juntos, ocupam 478 quilômetros quadrados – o que é considerado uma área pequena se comparada à área alagada por outros empreendimentos hidrelétricos e à capacidade instalada da Usina. Ambos os reservatórios estão situados entre os municípios de Altamira, Senador José Porfírio e Vitória do Xingu. A área de abrangência da Usina ainda contempla outros dois municípios: Anapu e Brasil Novo.

Três milhões de metros cúbicos de concreto foram utilizados para tornar realidade este gigante do setor elétrico. Mais de cinco mil ações de cunho socioambiental foram realizadas. Foram 73 obras de educação, que incluíram construção, reforma e ampliação de unidades educacionais; investimentos de mais de R\$ 120 milhões em segurança; construção de 3.700 novas casas, de 30 Unidades Básicas de Saúde e três hospitais para ampliar o atendimento à população dos municípios ao redor da UHE Belo Monte.

**Curiosidade:** Alguns dos superpesados que formam o conjunto montado de uma Unidade Geradora são transportados separadamente e montados somente nas Casas de Força. É o que ocorre com o Estator que envolve o Rotor do Gerador, um imenso quebra-cabeças que possui nada menos que 300 mil peças, que, reunidas, ultrapassam as 550 toneladas. ↩

# Eficiência energética é essencial para as indústrias

**COM CONSULTORIA E AÇÕES SIMPLES, O SENAI CONTRIBUI NA LUTA CONTRA O DESPERDÍCIO DE ENERGIA NAS INDÚSTRIAS PARAENSES**

Se tem algo que não é bem-vindo na casa da maioria dos brasileiros é a conta de energia elétrica. Esta tarifa fixa que não para de subir ganhou um novo ajuste em agosto deste ano, que significou um custo de R\$ 1.446 bilhões repassados aos consumidores na conta de luz, para abastecer o setor elétrico. No Pará, o reajuste foi de quase 12% nos 144 municípios.

Não bastasse o prejuízo pelo alto custo da energia, o brasileiro agrava a situação com o desperdício em suas atividades diárias. Segundo dados do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), desperdiçamos o equivalente a 22 milhões de KW por ano, um montante que se fosse convertido em dinheiro equivaleria a US\$ 1,54 bilhões. Para as indústrias que, juntas, correspondem a 41% do consumo de energia elétrica no Brasil, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), jogar energia fora significa perder produtividade, competitividade e muito dinheiro.

Dentro deste cenário, investir em eficiência energética é emergencial para o setor produtivo. O método consiste em desempenhar um serviço ou atividade utilizando a menor quantidade de energia possível, ou seja, é a relação entre a quantidade de energia empregada e aquela disponibilizada para a sua realização. A eficiência energética já é bastante utilizada nas maiores economias do mundo, mas o Brasil ainda está no final da fila.

Segundo estudo realizado pelo Conselho Americano por uma Economia com mais Eficiência Energética (ACEE, na sigla em inglês), o Brasil está em 15º lugar entre as dezesseis maiores economias do mundo. No ranking, que tem a Alemanha como o país mais eficiente no âmbito mundial, o pior desempenho brasileiro foi na indústria, recebendo apenas 2 dentre os 25 pontos possíveis.

Ricardo Donato, proprietário de uma indústria especializada na produção de pães e doces da Região Metropolitana de Belém, a Dom-





**“É preciso buscar ajuda e estas consultorias foram imprescindíveis no nosso caso. Só não estamos melhores porque o preço da energia não para de aumentar...”**

**RICARDO DONATO,  
PROPRIETÁRIO DA  
DOMNATO, NA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELÉM**



nato, é um exemplo dos que já reconheceram a importância da eficiência energética e estão inseridos no processo. A empresa fez parte do projeto-piloto de consultoria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-PA) em Eficiência Energética e com poucas mudanças já viu sua conta de energia reduzir em mais de R\$ 1 mil reais.

Para se ter uma ideia, somente o salão da panificadora onde os clientes são atendidos consome 20% do total de energia de todo o empreendimento. Como não é possível desligar a energia nesse espaço, para não perder a qualidade no atendimento, Ricardo percebeu a necessidade de buscar soluções para reduzir o custo e continuar com a produtividade em alta. “O custo com energia elétrica sempre foi um grande problema para nós. É um cabo de guerra: a conta de luz vai aumentando de lá e nós vamos tentando diminuir daqui”, diz o empresário. “É preciso buscar ajuda e estas consultorias foram imprescindíveis no nosso caso. Só não estamos melhores porque o preço da energia não para de aumentar, mas pelo menos estamos conseguindo manter o mesmo valor nas faturas mensais”, complementa.

As ações muitas vezes são realmente simples de serem feitas. No caso da empresa do Ricardo, o desligamento de dois aparelhos de ar-condicionado, sugerido por meio de estudo pela consultoria, resultou numa redução significativa na tarifa de energia. “Ficavam dois aparelhos de ar-condicionado ligados durante a noite na empresa com o objetivo de tirar a umidade dos pães. Nós passamos uma madrugada inteira, desligamos os aparelhos de ar-condicionado e medimos, a cada 20 minutos, o índice de umidade do ar. Verificamos que não passou do limite mínimo, logo, não precisaria dos aparelhos funcionando. Só com esta ação, foi possível reduzir em R\$ 600 a conta de luz da empresa”, explica Marcelo Alves, consultor de Eficiência Energética do SENAI. 



“*Observo que há uma reclamação muito grande, mas as buscas por soluções são muito superficiais. As empresas acham caro contratar um profissional ou serviço especializado, mas na maioria dos casos é possível que este investimento seja pago em três meses*”

MARCELO ALVES, CONSULTOR DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO SENAI

Apesar das medidas serem simples, é preciso ter o conhecimento da causa. Para o consultor do SENAI, o empresário local lamenta bastante os custos com energia, mas ainda são muito resistentes ao investimento em eficiência energética. “Observo que há uma reclamação muito grande, mas as buscas por soluções são muito superficiais. As empresas acham caro contratar um profissional ou serviço especializado, mas na maioria dos casos é possível que este investimento seja pago em três meses”, comenta Alves.

O trabalho de Consultoria em Eficiência Energética do SENAI é uma extensão do Programa Brasil Mais Produtivo, em parceria com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), que em 2017 atendeu 70 empresas paraenses dos setores de Alimentos e Bebidas e Moveleiro. Com modificações rápidas e de baixo investimento, o programa previa o aumento de, pelo menos, 20% de produtividade nas empresas atendidas por meio de técnicas de manufatura enxuta. A média de aumento de produtividade, contando apenas empresas locais, foi acima de 50%, isto é, mais que o dobro da meta mínima. O objetivo do SENAI é aumentar a eficiência de sistemas produtivos, por meio da análise e melhorias no consumo de energia de recursos de produção, no chão

de fábrica. O resultado esperado ao término da consultoria é que a empresa consiga reduzir entre R\$ 1.500 e R\$ 2.000 a tarifa mensal de energia e tenha um retorno financeiro em até 12 meses. O serviço é destinado para indústrias de todos os setores.

Em 2017, o SENAI realizou atendimentos de consultorias em 48 empresas de pequeno e médio portes, conseguindo reduzir em até 26% o gasto médio de energia dos empreendimentos atendidos. No Pará, 20 empresas iniciaram a consultoria em setembro e serão acompanhadas até o final de 2019.

Para o Gerente Executivo de Serviços Tecnológicos do SENAI Pará, Danilo Vilar, a economia conquistada a partir de projetos de eficiência energética possibilita a liberação de recursos para outras prioridades. “O importante quando se fala em eficiência energética é deixar claro que o objetivo principal é que isto seja feito de forma que a empresa possa garantir sua sustentabilidade e, mais que isso, aumentar sua produtividade, garantindo ganhos de qualidade, segurança no abastecimento e até ganhos sociais e ambientais”, destaca Vilar.

As empresas interessadas em receber o serviço de consultoria em Eficiência Energética do SENAI Pará podem entrar em contato: (91) 4009-4770 ou pelo site [www.senaipa.org.br](http://www.senaipa.org.br). ↩

## COMO FUNCIONA A CONSULTORIA EM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO SENAI

- **Análise das contas de consumo energético**
- **Levantamento de dados gerais na planta da empresa**
- **Identificação dos principais potenciais de consumo energético**
- **Soluções de redução de consumo energético**
- **Análise particular dos elementos consumidores selecionados**
- **Definição dos potenciais de consumo que serão trabalhados**
- **Planejamento das intervenções**
- **Acompanhamento das Intervenções**
- **Resultado final**



## NÃO VAMOS NOS CONTENTAR COM MIGALHAS!

**FREDERICO BUSSINGER**

CONSULTOR, ENGENHEIRO E ECONOMISTA

**N**a concorridíssima audiência pública da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) discute-se a renovação antecipada da concessão da EFC. A frase-título deste artigo, com algumas variações, foi eixo de diversas manifestações e, aparentemente, reverberou o sentimento da maioria dos presentes.

O valor da outorga informado gerou surpresa e inconformismo: R\$ 2.177 bilhões. Só que negativos ... contrastando com o que se ouviu nas audiências públicas do Senado, de março e agosto passados: R\$ 7 a 17 bilhões positivos. Outros ainda maiores constam de entrevistas e artigos na grande imprensa.

Surpresa e inconformismo ainda maiores ante a constatação de que o Pará e sua população pouca participação terão na riqueza a ser extraída do seu subsolo por mais quatro décadas: além dos empregos, de qualidade, na mineração e transporte (muito importantes!), e de meros R\$ 243 milhões (2,1% do total) de investimentos para “redução dos conflitos urbanos”, a renovação da concessão não exige compromissos para investimentos que criem novos ativos/infraestruturas capazes de seguir gerando riquezas quando o minério se definir.

Ideias há. Planos e projetos, muitos. A dificuldade é tirá-los do papel!

O Pará (e a Amazônia) está calejado com o histórico de megaempreendimentos extrativistas que foram da glória ao ocaso... legando passivos sociais e ambientais a serem resolvidos. Também de vários megaprojetos de infraestrutura de transportes abandonados, inconclusos ou cujos cronogramas se arrastam por anos a fio.

Recursos dessas renovações antecipadas podem ser instrumento para enfrentamento de nossos gargalos de investimentos; papel desempenhado pelos “fundos soberanos” em países com reservas petrolíferas... lógica muito similar.

No caso do Pará, possibilidade de inflexão nesse histórico de frustrações. Também para requalificar projetos para que não sejam meras correias transportadoras; meros corredores logísticos ou de transportes: escoamento, mas também abastecimento das comunidades lindeiras; fluxo de cargas e passageiros; alavancador de atividades geradoras de emprego e renda; desenvolvimento planejado e sustentável da ocupação territorial; etc. Ou seja, “corredores de desenvolvimento”; conceito e abordagem hoje utilizados internacionalmente, inclusive estimulados por agências internacionais, como o Banco Mundial.

Um bom exemplo, e que pode servir de embrião desse plano, foi a proposta do “Fórum de Entidades Empresariais do Pará” protocolada durante a recente audiência pública no Senado.

Ela sistematiza funções e traçados dos projetos das ferrovias Norte-Sul (FNS), MT-PA e Paraense. Liga Água Boa – MT (centro emergente do agronegócio) ao Complexo Portuário de Barcarena – PA. Passa por Santana do Araguaia, Redenção (sítios minerários a serem desenvolvidos), Marabá e Rondon do Pará.

A concessão seria uma só. Independente, mas articulada e interoperável com as duas outras ferrovias na região: EFC (Marabá) e FNS (Rondon do Pará – Açailândia). E seu trecho-norte (o “Y” Marabá, Açailândia, Barcarena) seria implantado com parcela do valor da outorga para renovação da EFC; se calculado com valores mais razoáveis.

Essa solução tem vários benefícios: i) aumenta a viabilidade/atratividade de uma ferrovia na “Borda Leste” do Pará; ii) o florescente nordeste MT teria uma saída mais direta para suas exportações; iii) permite à FNS, finalmente, chegar a um porto; iv) viabiliza novos investimentos e novos empreendimentos no sul do Estado. Muito além de migalhas, não? ↩

**Vem aí**  
**A nova escola SESI SENAI**  
**em Belém!**



# Formando os profissionais do FUTURO

A partir de 2019, o SESI vai abrir novas turmas de ensino fundamental e uma novidade: o **MedioTec** - Ensino médio simultâneo a cursos técnicos profissionalizantes do SENAI. Tudo isso na **nova escola SESI SENAI, em Belém.**

Aulas de informática e robótica dão o conteúdo necessário para a formação do profissional do futuro, antenado com o meio ambiente e a tecnologia. No ensino médio os alunos terão aulas de educação profissional com professores do SENAI e, ao final do curso, estarão prontos para o mercado do trabalho.

É a chance que faltava para estudar com qualidade e preço abaixo do mercado. **Matrículas abertas!**

Pensou em educação de qualidade e ter uma profissão? **Pensou SESI SENAI!**

Informações e inscrições:  
☎ (91) 4009-4921



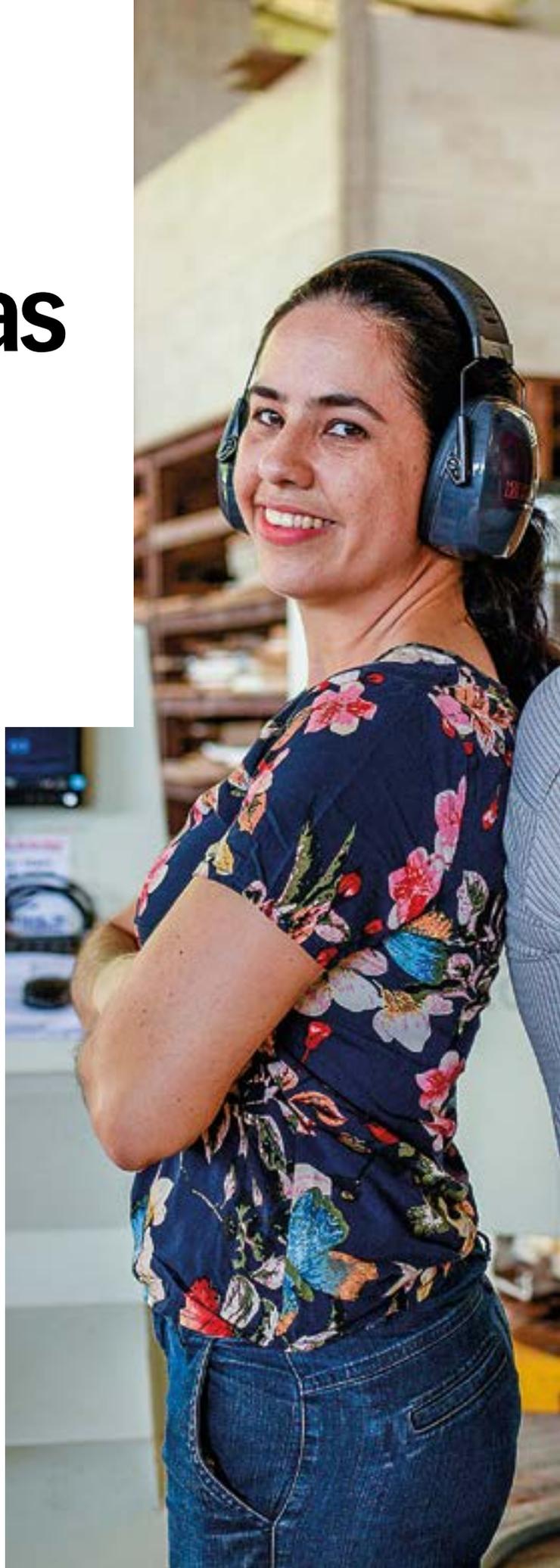
# Sucessão em empresas familiares

## PLANEJAMENTO É O SEGREDO PARA A CONTINUIDADE DO NEGÓCIO POR VÁRIAS GERAÇÕES

A disputa entre herdeiros para decidir quem assume o comando na empresa da família é terreno fértil para tramas em novelas e outras obras ficcionais. Mas, afinal, como isso se desenrola na vida real? Quais os critérios para a sucessão em negócios administrados por membros de uma mesma família? Uma pesquisa realizada em 2016 pela PwC com 2.802 líderes executivos em 50 territórios, entre os quais o Brasil, aponta que 54% das empresas familiares brasileiras não têm um plano de sucessão e apenas 12% chegam à terceira geração.

O advogado Leonam Von-Grap, presidente da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Pará e membro da Comissão de Direito Empresarial da OAB-PA, explica que a falta de planejamento sucessório, especialmente em empresas familiares, é um dos principais fatores de risco que podem levar até ao fechamento do negócio. “A sucessão deve ser pensada logo pela primeira geração de donos, porque, com o tempo, a tendência das famílias é crescer, virem filhos, casamentos, divórcios, agregados, enfim, o que tende a tornar a situação cada vez mais complexa, aumentando as chances de ocorrerem conflitos entre os herdeiros”, pondera o advogado.

Ainda do ponto de vista jurídico, Von-Grap explica que uma empresa familiar, assim como qualquer outra empresa, precisa usar os instrumentos legais necessários para garantir sua sustentabilidade. Seja no contrato social ou no estatuto, é necessário estabelecer as





📍 *Thaís e Neudo Tavares, proprietários da indústria Mace Móveis*

diretrizes que vão reger o funcionamento da empresa e definir os direitos e deveres de cada membro da família dentro da corporação. “Legalmente, é possível criar inúmeras regras para sua empresa ser conduzida. Você pode criar conselhos, acordo de acionistas, um estatuto, um regimento, uma infinidade de instrumentos jurídicos para guiar essa empresa e as pessoas que fazem parte desse organismo”.

Em busca de competitividade e perenidade, grandes companhias não se prendem mais à antiga prática de que o comando da empresa sempre deverá ser repassado ao filho, irmão ou irmã mais velhos. “Hoje, na sucessão de empresas familiares mais estruturadas e planejadas, o que se faz é estabelecer requisitos para cada cargo existente. Por exemplo, definir previamente no estatuto que para ocupar determinado cargo o herdeiro deva ter um MBA em uma área específica, ou ter experiência profissional em uma multinacional do mesmo ramo, enfim, são mecanismos para garantir que aquele cargo estratégico para a manutenção do negócio vai ser ocupado por alguém capacitado, com conhecimento e liderança para manter a competitividade no mercado”, explica o advogado.

## GESTÃO EMPRESARIAL

Para Vera Brandão, consultora em desenvolvimento humano e sucessão em empresas familiares, a empresa familiar apresenta peculiaridades e complexidades significativas, pois cada família tem uma dinâmica que pode impactar diretamente na gestão empresarial e no clima organizacional entre os funcionários. Neste caso, o que fazer para não misturar os problemas familiares com as questões da empresa?

“A família é um grupo com extremo significado para todos os seus membros e tem sua função social bem definida. Ao se tornar uma família empresária, é necessário que novos acordos e combinados sejam feitos para que cada um possa ampliar o seu amadurecimento emocional no trato das questões familiares e das questões da empresa”, explica a consultora. Uma das orientações para manter uma relação saudável é evitar discutir negócios em eventos de família, por exemplo. Os negócios devem sempre ser tratados em horário comercial, em reuniões dentro do ambiente da empresa e, se possível, registrar as discussões em ata.

No que tange à sucessão, Brandão aconselha que todos os membros da família sejam envolvidos nos diálogos sobre o tema, mesmo aqueles que não tenham uma atuação direta na empresa. Segundo ela, desta forma, todo o processo poderá ser conduzido com transparência, evitando desgastes e disputas pelo poder. “É essencial que todos participem das decisões e que todos estejam de acordo com a escolha do sucessor”. ➡

## CONHECIMENTO COMO DIFERENCIAL COMPETITIVO

Para orientar gestores e herdeiros de empresas familiares, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Pará) realizou em setembro, na sede do Sistema FIEPA, o workshop Desafios de Inovar na Sucessão Familiar Empresarial, que apresentou de forma prática os procedimentos jurídicos e as principais técnicas de gestão relacionados à governança corporativa necessários para uma transição sucessória equilibrada.

“A nossa intenção é estimular a discussão sobre esse tema crucial para a manutenção dos negócios nessas empresas familiares que são parte importantíssima da nossa economia e contribuem de forma relevante para a geração de emprego e renda no nosso país. Por isso, entendemos que estes gestores precisam estar capacitados e preparados para um mercado que se apresenta cada vez mais excludente”, afirma Carlos Auad, superintendente do IEL Pará.

O empresário Neudo Tavares, 65, proprietário da indústria Mace Móveis, tem três filhas e se prepara para iniciar o processo de sucessão na família. Afastado dos negócios há três anos, Tavares conta que quem administra a empresa hoje é a filha mais velha, Thaís, que em 2005 demonstrou interesse pelo negócio e, desde então, começou a trabalhar na empresa com o pai. “Eu achei que nenhuma das minhas filhas iria se interessar em trabalhar na indústria, por isso, apesar de saber da necessidade de pensar na sucessão, sempre achei que futuramente, quando me aposentasse, contrataria e deixaria um administrador para tocar os negócios no meu lugar. Mas aí, a Thaís veio trabalhar na empresa e eu achei ótimo, porque, apesar de não conhecer o serviço naquela época, tinha muito interesse em aprender e, aos poucos, foi conquistando seu lugar”, comemora o empresário.

Tavares lembra que em sua trajetória profissional trabalhou como administrador para uma empresa familiar e teve a oportunidade de vivenciar os problemas que costumam ocorrer e que impactam a gestão dos negócios. Para evitar que essa história se repita, resolveu participar do workshop promovido pelo IEL Pará e buscar a orientação necessária para realizar a sucessão. “Minha intenção foi conhecer os próximos passos da sucessão porque, apesar de já ter uma filha à frente da empresa, não posso esquecer que tenho outras duas e que precisam estar contempladas nesse patrimônio”.

Para a filha, Thaís Tavares, 38, a sucessão aconteceu de forma natural pois, desde criança, sempre ajudou o pai nos negócios e, com o tempo, buscou se pre-



“*A nossa intenção é estimular a discussão sobre esse tema crucial para a manutenção dos negócios nessas empresas familiares que são parte importantíssima da nossa economia e contribuem de forma relevante para a geração de emprego e renda no nosso país*”

CARLOS AUAD, SUPERINTENDENTE DO IEL PARÁ

parar para dar continuidade ao patrimônio da família. “O grande desafio é o dia a dia dentro da empresa, ter que lidar com funcionários, com os clientes, essas questões mais práticas mesmo. No mais, acho que a gente tem sempre que ouvir os mais velhos e adaptar essa experiência deles nas inovações e soluções para melhorar cada vez mais a empresa”, pondera Thaís.

## RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Em setembro, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os direitos discutidos na ação de dissolução parcial de sociedade decorrente de morte de sócio são exclusivamente societários e, como tal, sujeitos à arbitralidade. Antes relacionadas a Direito Sucessó-



**“A sucessão deve ser pensada logo pela primeira geração de donos porque, com o tempo a tendência das famílias é crescer, o que tende a tornar a situação cada vez mais complexa”**

LEONAM VON-GRAP, PRESIDENTE DA CÂMARA BRASILEIRA DE MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM EMPRESARIAL DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PARÁ E MEMBRO DA COMISSÃO DE DIREITO EMPRESARIAL DA OAB-PA

rio, agora, diante da decisão do STJ, essas questões passam a ser consideradas como puramente societárias e não sucessórias, podendo ser submetidas à arbitragem, uma forma de resolução de litígios fora dos tribunais.

Para Von-Grap, a decisão do STJ é muito positiva para as empresas. “Essa decisão é boa, pois representa, entre outras vantagens, mais celeridade. Um processo desse, que levaria de sete a oito anos na Justiça, poderá ser resolvido entre seis meses e um ano, na arbitragem. A outra vantagem é o sigilo: na arbitragem, os procedimentos são totalmente confidenciais e isso preserva o nome, a reputação e a imagem da empresa e, conseqüentemente, das pessoas da família, permitindo que a operação comercial siga normalmente”. ❏

## ORIENTAÇÕES PARA UMA SUCESSÃO EMPRESARIAL TRANQUILA

Tanto do ponto de vista jurídico quanto do de gestão organizacional, o planejamento, o diálogo e a transparência são indispensáveis para que empresas familiares se mantenham saudáveis, competitivas e garantam a manutenção do patrimônio das futuras gerações. Abaixo, algumas dicas jurídicas e de gestão sobre sucessão em empresas familiares:

**1** Conversar abertamente sobre a sucessão com os familiares, inclusive sobre a possibilidade da morte, assunto geralmente evitado, porém extremamente pertinente quando se fala em sucessão.

**2** O quanto antes, iniciar um planejamento para a sucessão, levando em consideração o propósito da empresa, sua sustentabilidade, o momento em que ela se encontra economicamente e o bem-estar da família e demais colaboradores.

**3** Buscar orientação jurídica para estabelecer em contrato os acordos definidos entre os membros da família, garantindo a formalização do que cabe a cada um.

**4** Contar com o apoio de consultoria na área de gestão para identificar e desenvolver competências. Dessa forma, será possível mapear entre os herdeiros os perfis para cargos estratégicos para o negócio e alinhar as expectativas.

**5** Estabelecer uma cultura organizacional na qual todos tenham clareza do seu papel para o sucesso da empresa.

**6** Tentar não confundir questões de negócios com questões de família. Acordos, inclusive os pré-nupciais, são importantes e precisam ser feitos de forma transparente para evitar problemas futuros.

**7** Fazer da sucessão um processo construtivo que envolva todos os herdeiros, garantindo dessa maneira uma comunicação transparente e assertiva.

# DIREITOS E DEVERES

## CERTIFICAÇÕES ISO SÃO ESSENCIAIS PARA A COMPETITIVIDADE NO MERCADO



**E**m um mercado cada vez mais competitivo, as empresas entram numa corrida em busca da inovação do portfólio para fidelizar e conquistar novos clientes. Nessa corrida, quem consegue transmitir a segurança e confiabilidade de seus produtos e processos já larga na frente. Entre as principais exigências para essa conquista estão as certificações ISO, que têm como objetivo garantir que a organização seja capaz de fornecer regularmente produtos e serviços que atendam às necessidades e expectativas de seus clientes, e que estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis.

Em resumo, a ISO, sigla de International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização), promove a normatização de empresas e produtos, para manter a qualidade permanente.

A ISO 9001 é uma norma internacionalmente reconhecida que certifica o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) e define ferramentas de padronização para a implantação do sistema em uma empresa. O intuito é trazer confiança ao cliente de que os produtos e serviços oferecidos pela organização seguem certo padrão de qualidade. Qualquer empresa pública ou privada - tanto de grande porte quanto microempresas - podem obter a certificação na ISO 9001, independentemente do seu setor, produto ou serviço oferecido.

Já a ISO 14001 foi elaborada para capacitar as empresas a operarem sob um regime mais sustentável do ponto de vista ambiental. A certificação é considerada estratégica pela quantidade de oportunidades de negócio que pode abrir para a empresa. Ape-

sar de não ser obrigatória no Brasil, a norma é um requisito exigido para fechamento de muitos contratos, especialmente nos casos das indústrias e das prestadoras de serviços.

Mas não basta apenas obter, também é preciso garantir que as certificações estejam em dia e realizar auditorias internas e externas de manutenção e recertificação. A ISO 9001, por exemplo, teve o prazo de atualização expirado no dia 15 de setembro. Desde o ano passado, várias empresas, do setor industrial, inclusive, vêm movimentando esforços para revisar seus processos a fim de adequá-los ao novo escopo da ISO 9001, que padroniza o sistema de qualidade, e 14001, que normatiza o sistema ambiental. Hoje, para fechar contrato, são exigidas que algumas empresas possuam a 9001, por exemplo.



**9001**

## COMO OBTER UMA CERTIFICAÇÃO

### NO PARÁ

Para garantir a manutenção e atualização das normas, as empresas Alubar e Imerys, localizadas no polo industrial de Barcarena, realizaram capacitações e treinamentos para mostrar aos auditores internos as mudanças ocorridas na versão 2015. Essas auditorias já foram feitas dentro das normativas atualizadas e o processo de readequação contou com a participação da alta gestão, já em atendimento à revisão das ISOs que prevê o engajamento dos diretores e gerentes da empresa. Para Raimundo Nonato Oliveira, gerente de Controle de Qualidade e Meio Ambiente da Alubar, é fundamental que os diretores estejam totalmente envolvidos com os gestores dos processos. “Para um sistema como o nosso, que é maduro e consistente, isso vai agregar mais velocidade nas mudanças para as melhorias contínuas”, afirma.

Líder na América Latina na fabricação de cabos elétricos de alumínio e produtora de condutores elétricos de cobre para média e baixa tensão, a Alubar, por exemplo, recebeu a recomendação de manutenção da certificação e atualização da ISO 9001:2015, obtendo zero não conformidades durante a auditoria da ABS Quality Evaluations.

Já para a Imerys, o desafio da revisão das normas foi maior, pois teve que migrar simultaneamente para duas certificações ISO - 9001:2015, 14001:2015 - e recertificar a OHSAS 18001, norma que orienta a segurança e a saúde ocupacional. Este ano, foi aprovada a ISO 45001, que é a nova norma internacional para saúde e segurança ocupacional, a qual substituirá a atual OHSAS 18001. “Além de manter os padrões máximos de saúde, segurança, qualidade e meio ambiente, as certificações são indispensáveis na manutenção do negócio. As ISOs garantem que a empresa trabalhe no melhor nível de exigência internacional”, afirma o diretor de Operações da Imerys, Ricardo Lara. ➔

- 1** DEFINA O MÉTODO DE IMPLEMENTAÇÃO ADEQUADO PARA SUA EMPRESA
- 2** DEFINA UMA EQUIPE DE IMPLEMENTAÇÃO
- 3** REALIZE DIAGNÓSTICO E PLANEJAMENTO
- 4** ENVOLVA SEUS COLABORADORES
- 5** IMPLEMENTE OS REQUISITOS DA NORMA
- 6** EXECUTE UMA AUDITORIA INTERNA
- 7** CONTRATE A AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO

➔ Fonte: <https://certificacaoiso.com.br>

# Indústrias da pesca buscam políticas para se desenvolver

**SINDICATO EMPRESARIAL É FUNDAMENTAL PARA FORTALECER O SETOR E GERAR MAIS EMPREGO E RENDA NO PARÁ**

**D**e acordo com o Boletim Agropecuário do Pará, divulgado pela Fundação de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará em 2017, a atividade pesqueira ocupa cerca de 110 mil pessoas no estado. O setor gera um número considerável de emprego e renda, sobretudo nos municípios onde a pesca industrial está presente, como Belém, Bragança, Curuçá, Salvaterra, Santarém, São João de Pirabas, Tucuruí e Vigia.

Apesar de estratégias para a verticalização do pescado parense e para a balança comercial do Estado, as indústrias da pesca ainda buscam melhorias em políticas públicas e organização para o setor. Neste quesito, o Sindicato das Indústrias da Pesca e das Empresas Armadoras e Produtoras, Proprietárias de Embarcações de Pesca Industrial do Estado do Pará (Sinpesca) tem atuação fundamental na defesa dos interesses empresariais e desenvolvimento do mercado.

Com 33 anos de atuação e 35 empresas associadas, o Sinpesca

requer hoje pautas como a redução de ICMS sobre a energia elétrica para as indústrias e a criação de leis que incentivem a produção pesqueira a ser beneficiada prioritariamente nas indústrias locais – ao invés de seguir em caminhões frigoríficos para Estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Apoliano Nascimento, empresário e presidente do Sinpesca, relata que as indústrias existentes no Pará, apesar de possuírem qualidade e certificações nacionais e internacionais, ainda são poucas para o grande volume de produção que o Estado gera. “Temos poucas indústrias em relação ao passado. Por termos uma elevada quantidade de produtos – como a pescada amarela, que possui um alto valor agregado – precisamos de uma legislação por parte do Estado para que esse pescado passe pela indústria local, a fim de gerar mais emprego e renda”, afirma.

A indústria pesqueira do Pará alcança o mercado nacional e internacional. Dentro do Brasil, os principais destinos são as regiões Cen-



**“Por termos uma elevada quantidade de produtos – como a pescada amarela, que possui um alto valor agregado – precisamos de uma legislação por parte do Estado para que esse pescado passe pela indústria local, a fim de gerar mais emprego e renda”**

APOLIANO NASCIMENTO,  
PRESIDENTE DO SINPESCA



## POLÍTICAS PÚBLICAS

Apesar das melhorias já conseguidas por meio da atuação sindical, muito ainda precisa ser feito para aproveitar plenamente o potencial pesqueiro do Pará. Políticas públicas existentes, como o Plano Safra e o Profrota, precisam ser efetivadas para que beneficiem a cadeia produtiva de forma mais dinâmica. “A respeito do Plano Safra, temos conhecimento de que nunca ninguém se habilitou ao programa. Comenta-se que existem mais de 5 bilhões de reais disponíveis em caixa direcionado à pesca, os quais nunca foram utilizados por falta de políticas públicas”, comenta Apoliano Nascimento.

Além de buscar melhorias junto aos órgãos públicos, o SINPESCA também atua internamente com os empresários e trabalhadores do setor. Para isto, o presidente do sindicato explica que a filiação à Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) é estratégica por fornecer apoio, estrutura e força de articulação. “A FIEPA tem sido uma parceira incansável, oferecendo ao setor e à nossa entidade implementos para fortalecer a pesca e, conseqüentemente, as indústrias relacionadas ao setor. Buscamos, por meio de reuniões e assembleias, unificar os interesses de nossas associadas, buscando apoio político e institucional para o desenvolvimento da pesca no nosso Estado”, ressalta Apoliano.

tro-Oeste e Sudeste, compradoras de piramutaba e outras espécies regionais. Na pauta de exportações, os principais produtos são o camarão e o pargo, que são vendidos para o Japão, China, Estados Unidos e, em escala menor, para países europeus.

Outra pauta defendida pelo sindicato é a unificação das categorias de pesca, sem distinção entre pescadores industriais e pescadores artesanais que praticam a atividade para além da própria subsistência. “Entendemos que o pescador artesanal é o que pesca somente para sua subsistência. Já o pescador industrial pratica a pesca comercial, que dá sustentação às indústrias de beneficiamento do pescado de um modo geral. Ao longo dos anos houve uma escassez de mão de obra na pesca industrial em razão do benefício Seguro Defeso, que é um direito concedido somente ao pescador artesanal. Por isso, propomos que as modalidades de pescadores deveriam ser unificadas. Dos 500 mil pescadores que são registrados no Ministério da Pesca,

95% se dizem artesanais, mas nós discordamos desta proporção”, justifica Apoliano.

Com relação aos órgãos responsáveis pela gestão da pesca, Apoliano afirma que houve melhora nos últimos três anos, desde quando assumiu a presidência do Sinpesca. Na condição de liderança empresarial, Apoliano participou de várias reuniões com o Ministério da Pesca e Aquicultura, em Brasília, para regulamentar os defesos existentes e aumentar o número de barcos pesqueiros em funcionamento. “Em 2015, o setor enfrentava um caos de ordem econômica, mas também de ordem formal com a paralisação dos órgãos responsáveis pela gestão da pesca. Graças ao nosso diálogo com os entes públicos, hoje temos praticamente 90% dos barcos em pleno funcionamento, o que resulta em mais matéria-prima para a indústria. Também conseguimos interferir pela regulamentação dos defesos então existentes, aliando os esforços de pesca e a preservação das espécies”, relembra o presidente do Sinpesca. ❏



**mundo  
senai** 

## **Encontre o profissional que existe em você.**

Conheça o Mundo SENAI. São diversas ferramentas para ajudar você a encontrar o seu futuro, por meio de uma plataforma interativa completa, com muitas oportunidades para o jovem na indústria.

# Descubra o que você vai encontrar no Mundo SENAI:

- **Orientação profissional com uso de inteligência artificial:** acesse o portal e informe-se sobre as diferentes metodologias de orientação profissional oferecidas.
- **Cursos:** confira a ampla variedade de cursos do SENAI para sua capacitação. Participe dos minicursos e palestras.
- **Guia de profissões:** conheça e entenda as profissões para quem se forma no SENAI.
- **Criação de currículo:** tenha toda assistência para você criar um currículo interessante para o mercado de trabalho.
- **Vagas de emprego:** acompanhe as diversas vagas de emprego, diretamente do site vagas.com e do Sistema Nacional de Estágio do IEL.

Acesse [mundosenai.com.br](http://mundosenai.com.br) e saiba mais.

Dias **8** e **9** de novembro na unidade do **SENAI** de sua cidade.

# Educar para Transformar

**JOVENS E ADULTOS VOLTAM A ESTUDAR PARA CONCLUIR O ENSINO MÉDIO E AVANÇAM NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

**E**studar é uma tarefa que precisa de comprometimento e muita dedicação. Para quem chegou à idade adulta e precisou abandonar os estudos, voltar às salas de aula nem sempre é uma tarefa fácil.

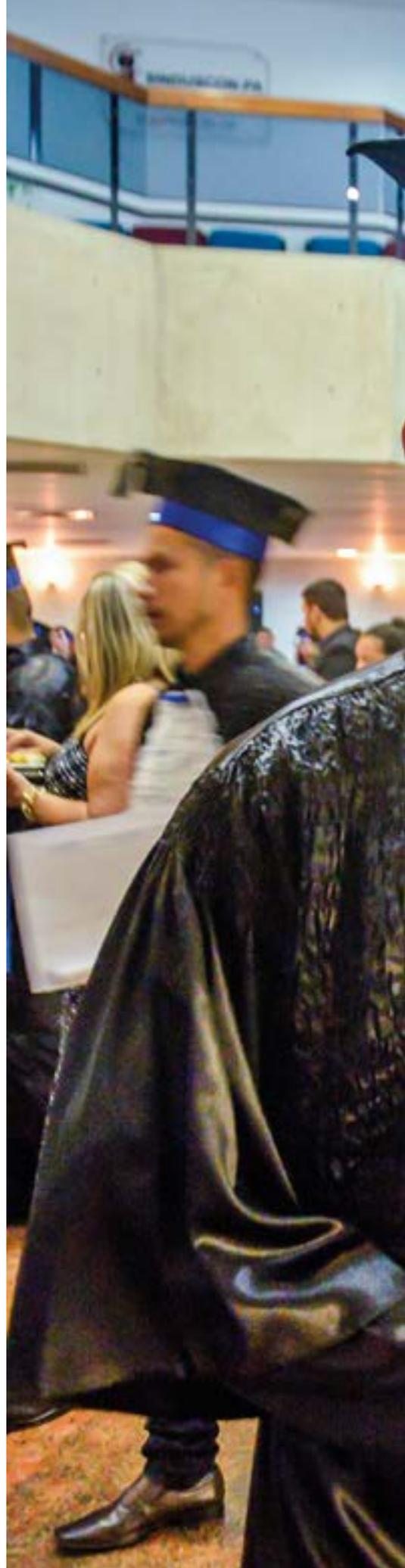
De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, do IBGE, ter que trabalhar, procurar emprego ou iniciar em um novo posto profissional foram os principais motivos para afastar quase 40% dos jovens dos estudos regulares. Na mesma linha de pesquisa, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) mostra que, em 2015, 50% dos adultos de 25 a 64 anos não tinham acesso ao ensino médio e 17% da população não havia sequer concluído o currículo básico.

Com atuação no campo educacional em todo o estado, o Sesi Pará trabalha nesse contexto promovendo a reaproximação dos adultos ao ambiente escolar por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em 2017, trouxe uma novidade ao Estado – a EJA Profissionalizante, na modalidade Educação a Distância (EAD). Em parceria com o SENAI, ofereceu, simultaneamente, três cursos de qua-

lificação profissional, garantindo que ao fim da capacitação o aluno também estivesse mais preparado para o mercado de trabalho.

É muita gente que estava longe dos livros e cadernos aproveitou a oportunidade para colocar os estudos em dia. Foi o que fez o pescador Josiel Nascimento dos Santos, morador de Marudá. Há cerca de 13 anos ele se viu obrigado a parar de estudar para buscar sustento para a família. Foi quando começou a trabalhar com pesca na costa nordeste paraense. “Tive que começar a sustentar minha família e o primeiro ramo onde apareceu serviço foi na pesca. Até hoje trabalho com isso e justo por conta da rotina variar bastante, ainda não tinha conseguido voltar a estudar”, relembra Josiel.

Sem hora exata para trabalhar, já que o horário de serviço depende do movimento da maré – pela manhã, noite e até na madrugada, foi inviável retomar as aulas mesmo em turmas para adultos no horário noturno. E foi aí que a EJA EAD Profissionalizante surgiu como a melhor alternativa para o pescador. “Antigamente não tinha essa modalidade. Soube do curso





## \*RECONHECIMENTO DE SABERES: SUAS EXPERIÊNCIAS DE VIDA CONTAM MUITO

Ao longo da vida, as pessoas acumulam experiências diversas. Estudam, trabalham, produzem, trocam experiências, desenvolvem projetos e tudo isso forma um conjunto de conhecimentos que não podem ser desconsiderados no campo educacional.

Para valorizar quem busca retomar os estudos para concluir o ensino regular, o Sesi Pará aplica o reconhecimento de saberes. Cada aluno é avaliado individualmente, por meio de acompanhamento didático-pedagógico, e recebe um parecer descrevendo os conhecimentos atestados e quais áreas necessitam de complementação.

Com essa metodologia, é possível agilizar a conclusão dos estudos e partir para uma formação profissional ainda mais rápida. “É fundamental aproximar o jovem e o adulto da escolaridade. Sabemos que são muitos os desafios e empecilhos que atrapalham a frequência nas aulas e até o rendimento dos alunos, por isso estamos sempre em busca de novas formas de facilitar o aprendizado do nosso aluno. A primeira experiência foi muito bem-sucedida e já estamos pensando nas próximas turmas”, conclui Márcia Arguelles, gerente executiva de Educação do Sesi Pará.

promovido pelo SESI por meio de uma amiga que é professora e me perguntou se eu tinha interesse em participar da seleção. Aceitei na hora!”, comenta.

Após a etapa inicial de cadastro, avaliação e o reconhecimento de saberes\*, veio a primeira etapa: se familiarizar com o computador. “Eu quase não acessava computador, internet, então tive um pouco de dificuldade no início, mas foi resolvido com o período de orientação com os monitores presenciais”.

Ao mesmo tempo que foi o primeiro desafio, se mostrou a melhor opção. “No meu dia a dia não tinha como assistir às aulas em casa, por conta da falta de acesso à internet. Então eu acompanhava da casa de parentes, em cyber café, além do próprio SESI. Logo aprendi a usar a plataforma, fui pegando prática e tive certeza de que a principal vantagem era poder estudar de qualquer lugar”, afirmou.

Josiel, que optou pelo curso de Eletricista Instalador Residencial no SENAI e, além da pesca faz serviços como carpinteiro, agora comemora a conclusão do curso já buscando novas oportunidades profissionais. “Continuo na pesca, mas agora busco algo na área de eletricista. Estou torcendo pra conseguir algo aqui em Marudá mesmo para ficar perto da família”, disse.

## EXEMPLO PARA A FAMÍLIA

Dentro do contexto da baixa escolaridade do brasileiro, um índice do IBGE destaca as principais motivações que levam os estudantes a abandonarem as

# 40%

**DOS JOVENS SE AFASTAM DOS ESTUDOS REGULARES POR TER QUE TRABALHAR OU PROCURAR EMPREGO**

# 50%

**DOS ADULTOS DE 25 A 64 ANOS NÃO TINHAM ACESSO AO ENSINO MÉDIO E 17% DA POPULAÇÃO NÃO HAVIA SEQUER CONCLUÍDO O CURRÍCULO BÁSICO**

aulas. Segundo os números do Instituto, entre os homens, a necessidade de trabalhar para garantir o sustento da família ou a falta de interesse prevalecem quando se fala do afastamento das escolas regulares. Já entre as mulheres, os afazeres domésticos ou os cuidados com os filhos correspondem a 24% dos casos, mostrando como os cuidados com a casa e a família ainda são tarefas delegadas prioritariamente a elas.

Foi o caso da dona de casa Creuza Pamplona, que ficou muitos anos longe dos estudos

para cuidar da casa e, principalmente, acompanhar a rotina do filho. “Priorizei estar presente na vida do meu filho e por isso acabei parando de estudar. Levo ele pra escola, acompanho em atividades esportivas e de lazer, e isso acaba ocupando muito tempo da nossa rotina”, disse. No entanto, foi justamente o filho que motivou a jovem senhora de 52 anos a voltar a estudar: “quero ser um exemplo pra ele.”.

Enquanto estava grávida, Creuza ainda tentou retomar as aulas, mas não conseguiu manter a rotina. E ao conhecer a EJA





## SAIBA ONDE ENCONTRAR UMA EJA SESI PERTO DE VOCÊ:

- Escola Sesi Belém
- Escola Sesi Icoaraci
- Escola Sesi Ananindeua
- Escola Sesi Santa Izabel
- Escola Sesi Castanhal
- Escola Sesi Paragominas
- Escola Sesi Marabá
- Escola Sesi Altamira
- Escola Sesi Santarém
- Sesi Parauapebas
- Informações: (91) 4009-4965

EAD Profissionalizante no Sesi, viu a possibilidade não só de concluir o ensino médio como de conquistar uma formação profissional. “Foi uma novidade pra mim, porque ao invés da sala de aula normal, presencial, tive que me adaptar para estudar em casa. À tarde adiantava as tarefas domésticas e assistia ao conteúdo à noite”. As dificuldades iniciais de Creuza foram solucionadas com o curso básico de informática, oferecido aos alunos que tinham pouco contato com internet e computador.

Vantagens? Muitas. “Se fosse

como antigamente, ia acabar desistindo. E mesmo para quem tem uma rotina de trabalho fora de casa, ainda vale muito a pena. Os encontros presenciais são muito ricos e já estou com saudade de encontrar a turma”, revelou.

E sobre o futuro, Creuza é categórica: “Agora não quero mais parar. Sou muito grata ao Sesi por ter me dado a oportunidade de voltar a estudar e me abrir novos horizontes. Vou continuar estudando, fazer curso e fazer vestibular para Serviço Social. É o meu sonho!”. ➡

# Sexta edição do Prêmio REDES/FIEPA

PREMIAÇÃO MARCA 18 ANOS DA INICIATIVA NO PARÁ



**E**m reconhecimento ao trabalho das indústrias mantenedoras da iniciativa do Sistema FIEPA em favor da economia estadual, a REDES – Inovação e Sustentabilidade Econômica promoveu a sexta edição do Prêmio REDES de Desenvolvimento, que também demonstra a importância do compromisso entre os projetos industriais e seus fornecedores. As empresas que mais compraram no estado em 2017, tanto

em volume de compras quanto em termos percentuais, foram premiadas durante o evento, que marcou as comemorações dos 18 anos de atuação da REDES/FIEPA no estado do Pará.

De acordo com o presidente do Sistema FIEPA, José Conrado Santos, a REDES/FIEPA é uma das iniciativas mais exitosas ao longo desses 60 anos de vida da Federação. “Esse trabalho é feito com muita eficiência, compro-

vada pelas próprias estatísticas. Nós começamos com uma participação de cerca de 19% de fornecimento a esses grandes projetos e, hoje, estamos chegando a 60%. Além da formação de grandes profissionais, a REDES também tem gerado emprego e renda. Portanto, é com grande satisfação que nós comemoramos os 18 anos de existência”.

A REDES/FIEPA possui atualmente 12 indústrias mantenedo-



## DADOS DE AQUISIÇÕES

De acordo com um levantamento realizado pelo Sistema FIEPA, por intermédio da REDES, houve um crescimento significativo nas negociações locais, envolvendo fornecedores paraenses e grandes grupos industriais instalados no estado ao longo dos últimos 17 anos. Segundo os cálculos, somente no ano passado foram injetados R\$ 12,4 bilhões na economia paraense, a partir do intercâmbio comercial entre os grandes empreendimentos e os fornecedores locais.

Em 2000, as chamadas compras internalizadas não ultrapassavam a casa dos R\$ 173 milhões. O acumulado gerado por essas indústrias mantenedoras da iniciativa já alcançou um total de R\$ 110,7 bilhões até 2017. O volume de investimentos na economia local, a partir da aquisição de produtos e serviços de fornecedores paraenses, representa 53,9% do volume de compras realizadas pelas indústrias parceiras.



ras, 20 empresas apoiadoras, quatro cooperadas e mais de mil fornecedores locais cadastrados na sua plataforma de negócio, alcançando setores como o de serviços, comércio e o da indústria local, além de atuar na qualificação de empresas, em projetos de socioeconomia e no atendimento às demandas industriais. “Celebrar 18 anos com esse índice é muito importante para a gente, para o estado, para as indústrias, forne-

cedores locais e entidades empresariais. Ou seja, não é só um índice final, mas todo um trabalho que tem nos bastidores, no dia a dia, na área de suprimentos, da Federação da Indústria. Eu acredito que este indicador é o mais importante. São 18 anos de desafios despertando a consciência empresarial para a sustentabilidade econômica no estado”, detalhou Marcel Souza, executivo de gestão da REDES/FIEPA. ➡

## EMPRESAS DESTAQUE NA PREMIAÇÃO

A noite foi de comemoração e premiou as três primeiras indústrias que mais compraram em volume de investimentos, em termos percentuais e nas categorias “Case de Desenvolvimento de Fornecedores” e “Comprador do Ano”.

Pelo segundo ano consecutivo, o Prêmio REDES/FIEPA reconheceu como Comprador do Ano, Eloá Betini, analista de compras da SINOBRAS, que atua diretamente na gestão. Já na categoria Case de Desenvolvimento de Fornecedor, o destaque foi o case “Auditoria como ferramenta de desenvolvimento de fornecedores locais”, desenvolvido pela empresa de Transportes Caliman, prestadora de serviços da Hydro.

A empresa campeã em compras em termos percentuais no ano de 2017, ganhadora na Categoria Percentun, foi a Alubar. “Este é o segundo ano que estamos participando. Ano passado ficamos em segundo lugar, já este ano conseguimos a primeira colocação, o que vem só reafirmar a política da empresa, que é de investimentos no mercado local. De 2017 para 2018, desenvolvemos o maior número de fornecedores e temos a missão de incentivar o mercado, pois nós acreditamos que o Pará só será forte com empresas fortes e os fornecedores trabalhando em conjunto conosco”, considerou Fábio Rezende, gerente de suprimentos da empresa.

O segundo lugar na categoria ficou com a empresa Dow/Palmira do Brasil e o terceiro com a Hydro, que reafirmam o seu compromisso com o desenvolvimento do estado.

A edição deste ano reconheceu também as empresas que atingiram mais de 50% em compras



com fornecedores regionais – percentual médio estabelecido pela REDES – com a Menção Honrosa. Foram elas: Alcoa, Celpa, Imerys e Mineração Rio do Norte (MRN). “A parceria com a REDES, com as associações comerciais, são extremamente importantes para que a gente consiga desenvolver novos fornecedores e, com isso, consequentemente ter um aumento aqui na região. A gente tem conseguido também aumentar significativamente o número de funcionários. Nós temos 87% de funcionários paraenses, 43% só de pessoas de

Juruti. Isso é muito importante, fazendo com que a gente contribua no desenvolvimento do Pará”, detalhou Rogério Ribas, gerente de sustentabilidade da Alcoa.

A Vale ficou com o primeiro lugar na Categoria Absolutus, colocação ocupada nas duas últimas edições da premiação. “Nós temos um trabalho muito forte com a REDES/FIEPA, auxiliando principalmente na captura de fornecedores e contribuindo para o desenvolvimento do estado do Pará. E isso vem sendo mostrado pelos números que crescem anualmente. Com



## 18 ANOS

Este ano, a cerimônia do VI Prêmio REDES de Desenvolvimento comemorou, ainda, a maioria da REDES/FIEPA. Criada no ano de 2000, por meio do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF), a REDES contou inicialmente com a parceria das empresas Hydro (Albras/Alunorte), Imerys, Mineração Rio do Norte (MRN) e Vale, além do apoio do Governo do Estado do Pará, os primeiros a acreditarem e investirem no programa. Naquele período, as compras com fornecedores locais destas empresas mantenedoras do programa eram em torno de R\$ 173 milhões, cerca de 19% de compras realizadas de empresas do Pará.

Hoje, a REDES/FIEPA conta com 12 grandes indústrias mantenedoras que, somente no ano passado, movimentaram em torno de R\$ 12,4 bi em compras internas, totalizando um percentual de 53,9%. Ou seja, mais da metade de tudo o que elas compram é de empresas do Pará. Com isso, as atividades da REDES/FIEPA já chegam a 25 municípios paraenses.

Para atender as novas demandas do mercado industrial, cada vez mais exigente, a REDES/FIEPA mantém um diálogo constante com entidades de classes, indústrias, fornecedores e comunidade, trabalhando para estimular a consciência da sustentabilidade econômica no estado.

*“Hoje, o conceito que estamos plantando é o de economia colaborativa, de que não é possível crescer sozinhos, de que precisamos de parceiros para nos desenvolvermos. A REDES já faz isso e quer estimular cada vez mais no ambiente de atuação da iniciativa do Sistema FIEPA”*

MARCEL DE SOUZA, GESTOR EXECUTIVO DA REDES/FIEPA

certeza, esse é o compromisso da Vale”, afirmou Igor Póvoa, gerente de suprimentos da empresa.

A Hydro ficou com a segunda colocação em volume absoluto de compras. “Agradecemos esta relevante premiação da Federação das Indústrias do Estado do Pará. Este reconhecimento nos motiva a seguir fomentando a cadeia local de fornecedores por meio de capacitação, workshops e parcerias com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável com base nos mais rigorosos critérios de ética e transparência”, observou Carlos

Neves, diretor de operações de bauxita & alumina da Hydro.

Por fim, a Norte Energia ficou com o terceiro lugar na categoria. “Estamos satisfeitos com esse prêmio. Somos uma empresa que viemos para ficar no Pará. A Norte Energia tem na sua filosofia desenvolver a região onde ela se estabeleceu, não só em compras locais, mas no desenvolvimento de mão de obra. Então, essa parceria, que é coroada por este prêmio de hoje, para nós, é muito importante”, avaliou Eduardo Camillo, superintendente de relações institucionais. ➡



# Potencial para fomentar economia de resíduos

**EXPERIÊNCIAS DE REAPROVEITAMENTO AGREGAM VALOR A PRODUTOS QUE ERAM DESCARTADOS, GERANDO EMPREGO E RENDA NO ESTADO DO PARÁ**

Os sistemas de logística reversa, previstos na Lei de Resíduos Sólidos (12.305/2010), condicionam os fabricantes de produtos a prever como será a devolução e a reciclagem destes materiais. Segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), antes da implantação da lei, as indústrias descartavam R\$ 8 bilhões por ano ao não reaproveitar resíduos no próprio sistema produtivo da empresa.

Passados oito anos da implantação da Lei, o Brasil é considerado o maior reciclador mundial de latas de alumínio, com índice de 98,4%, segundo pesquisa da Associação Brasileira de Produtores de Lata de Alumínio. No segmento rural, todo produtor rural que faz uso de defensivos agrícolas tem a obrigação de devolver as embalagens vazias desses produtos nas unidades do Sistema Campo Limpo, programa de

logística reversa bem-sucedido, que funciona em todas as regiões do país. Segundo o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias, em 2017, foram 44,5 toneladas de embalagens vazias recolhidas. Cerca de 91% têm condições de serem recicladas. O restante é incinerado.

Apesar de números positivos, que se concentram nos grandes centros econômicos do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, a maioria dos estados brasileiros, como o Pará, tem experiências ainda pontuais e enfrenta gargalos como a ausência de um modelo que garanta sustentabilidade financeira para implantar estes sistemas nas indústrias e comércios do estado.

Em 2017, a Mineração Rio do Norte (MRN) doou 154 toneladas de resíduos inorgânicos para a ONG Movimento República de Emaús, de Belém, que vende uma

porcentagem do material para empresas de reciclagem e aproveita parte dos resíduos reaproveitáveis na produção de materiais como cadernetas e blocos de anotação.

A empresa também desenvolve atividades em parceria com a escola de Porto Trombetas. São realizadas visitas monitoradas à Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (CTR), palestras e atividades lúdicas sobre educação ambiental, coleta e descarte correto de resíduos. “Na CTR, recebemos, aproximadamente, 113 toneladas de resíduos orgânicos e resíduos inorgânicos por mês, que são resíduos domésticos. Desse total, em média, cerca de 23% dos resíduos inorgânicos são reaproveitados para doação”, declara o engenheiro sanitário Carlisson Romano, responsável pela Limpeza Urbana em Porto Trombetas.

## SOBRECARGA

A falta de um sistema estruturado de logística reversa no Estado também impacta na sobrecarga de lixo na destinação final. Diariamente, chegam 1.400 toneladas no único aterro sanitário de grande porte existente no Pará, gerido pela UVS Guamá Tratamento de Resíduos, que recebe e trata resíduos dos municípios de Belém, Ananindeua e Marituba. “É importante começarmos a repensar o ciclo de consumo e produção, considerando o reuso e a reciclagem. Além de incrementar a economia local, principalmente para cooperativas de reciclagem e recicladoras, essa conscientização evita sobrecarga nos aterros sanitários com resíduos que são reaproveitáveis, garantindo-lhes maior tempo de vida útil”, avalia Ângelo Castro, diretor regional da UVS Guamá Tratamento de Resíduos.

## PAPEL

Em Porto Trombetas, Oeste do Pará, onde opera um aterro sanitário de pequeno porte com gestão da Mineração Rio do Norte (MRN), os moradores colaboram para a utilização racional dos recursos da empresa, separando e doando material reciclável.



## REAPROVEITAMENTO PÓS-CONSUMO

Para fomentar a construção de um Programa Estadual de Logística Reversa, a Associação dos Profissionais de Logística da Amazônia (Asplam) tem dialogado com os setores público e privado com o intuito de viabilizar pesquisa para o total reaproveitamento dos resíduos gerados pelo pós-consumo. “O estudo técnico deve levantar dados sobre sete subgrupos de resíduos considerados com grande potencial econômico para venda. A ideia é que, a partir desses dados, possamos implementar o Programa Estadual de Logística Reversa junto às bases socioeconômicas e tecnológicas disponíveis na região”, explica Alexandre Araújo, presidente da Asplam.

Alguns desses setores potenciais são o madeireiro e o moveleiro. Em visita a 27 empresas destes segmentos, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Pará (SENAI Pará) e o Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado do Pará (Sindmóveis-PA) constataram que há uma grande quantidade de resíduos de madeiras desperdiçadas no processamento de verticalização deste produto e seus derivados, pois eles não são reaproveitados ou destina-

dos de forma adequada. Estima-se que apenas 10% das empresas têm projetos para o reaproveitamento de resíduo.

Para potencializar esse reaproveitamento, o SENAI-PA e o Sindmóveis-PA criaram um comitê para a formatação de um projeto de Central de Tratamento de Resíduos de Madeiras (Ctram), que conta também com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mineração e Energia (Sedeme). “Pretendemos fazer um diagnóstico atualizado, levantando o total de resíduos gerados pelas movelarias e madeireiras da Região Metropolitana de Belém. O objetivo é implantar uma central de coleta e tratamento dos resíduos de madeiras, para atendimento da Lei nº 12.305/10 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), bem como atender às normativas municipais de implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) das empresas deste segmento”, adianta Marcos Martins, consultor de serviços tecnológicos do SENAI-PA. ↩



# CIN comemora 20 anos

**CENTRO INTERNACIONAL  
DE NEGÓCIOS  
COMPLETA DUAS  
DÉCADAS APOIANDO A  
EXPORTAÇÃO NO PARÁ**



➤ *Cassandra Lobato,  
coordenadora do CIN no Pará*

A criação da Rede de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), em 1998, elevou a internacionalização da indústria brasileira a um novo patamar. Segundo dados da própria Rede CIN, em 20 anos, o número de empresas nacionais negociando com outros países cresceu 60% e se expandiu para mais de 50 novos mercados. Coordenada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Rede se constitui como uma aliada, principalmente de pequenos e médios empreendedores que buscam a internacionalização de seus negócios.

O Pará foi um dos primeiros

estados a aderir à Rede, hoje presente em todo o território nacional. Com a chancela do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará, o CIN incentiva e fomenta a internacionalização de negócios na Amazônia. Para Sarah Saldanha, gerente de Serviços de Internacionalização da CNI, o Centro Internacional de Negócios do Pará tem um papel histórico para a Rede CIN. “Além de ter sido um dos primeiros centros fundados no país, foi pioneiro na internacionalização de empresas na região Norte. Desde então, tem sido um parceiro estratégico da CNI nas ações e serviços de apoio às indústrias”, afirma.

Desde que foi criado, o CIN Pará colaborou para a prospecção de novos mercados em países como Estados Unidos, Portugal, Itália, França, Emirados Árabes, Chile, Colômbia, Peru e Suriname, com a realização de mais de R\$ 200 milhões em negócios. O empresário Clóvis Carneiro, primeiro coordenador da instituição no Estado e um dos que atuaram no processo de implantação do CIN no Pará, conta que o cenário naquele momento indicava o início de uma abertura da economia brasileira e o Pará começava a despontar como grande exportador de minérios e com um forte setor florestal. Por

isso, uma das ideias, com a criação do CIN, era agregar valor às exportações, especialmente de produtos de madeira.

“Havia todo o esforço para integrar o maior número de empresas ao comércio exterior como forma de compensar o câmbio fixo, que dava sinais de desgaste como pressuposto da política econômica, e recuperar a balança comercial”, lembra Carneiro.

Segundo ele, naquele cenário, o CIN representou um avanço como facilitador de negócios ao conseguir organizar e concentrar as informações do comércio exterior em um único lugar. Por outro lado, explica, para que a exportação possa se desenvolver, ainda falta uma maior compreensão por parte dos governantes e da classe política quanto à questão da competitividade das empresas e do ambiente em que elas operam. “Temos entraves ambientais, tributários e na logística. Precisamos fazer entender que a competitividade internacional ou exportadora ocorre a partir de um sistema, onde as empresas são apenas um dos elos e os ambientes legal, tributário, logístico de sua localização o restante da corrente”, afirma.

Para o presidente da CNI, Robson Braga, uma indústria que quer ser forte e competitiva deve estar preparada para participar do mercado global. “É necessário estar inserida nas negociações internacionais e enfrentar as empresas estrangeiras no mercado interno. E a Rede CIN tem discutido todas estas questões e feito um trabalho fantástico que, certamente, tem contribuído muito para a indústria brasileira”, afirma.

## DIVERSIFICAÇÃO

Segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), somente no primeiro semestre de 2018, o Brasil exportou mais US\$ 29 bilhões para países como China, Estados Unidos e Argentina. No Pará,

no mesmo período, a exportação gerou um resultado positivo de mais US\$ 6 bilhões em negócios exportados. A economista Cassandra Lobato, coordenadora do CIN no Pará, explica que, no Estado, alguns produtos sempre mantiveram hegemonia na balança comercial, como, por exemplo, o minério de ferro, a madeira, soja, suco de fruta e pescado. Entretanto, nos últimos 20 anos, produtos como carne bovina, açaí, cobre, cerveja e dendê vêm ganhando força e contribuindo para uma maior diversificação da pauta de exportação do Pará, o que resulta em uma maior receita, agregação de valor, tecnologia e desenvolvimento para o Estado.

“Essa diversificação da pauta de exportações é reflexo das transformações ditadas pelo próprio mercado, e é aí que a Rede CIN entra para oferecer soluções em comércio exterior nesse processo de internacionalização, levando aos empreendedores da região conhecimento e os meios necessários para tornar essas empresas mais competitivas diante do mercado globalizado”, explica Cassandra.

À frente da Nayah, fábrica de chocolates artesanais com valorização de matrizes regionais, como jambu, açaí e cumaru, a empresária Luciana Centeno, 32, conta que o suporte do CIN foi fundamental para a entrada da empresa no mercado internacional. A experiência de participar de cursos, workshops e encontros de apoio à exportação ajudaram na formação de preços e definição de uma estratégia voltada para o mercado internacional. “Com esse apoio e orientação do CIN, tivemos a oportunidade de integrar uma missão comercial para Paris, onde participamos do Salon du Chocolat, um evento que reúne mais de 60 países, uma experiência única, na qual pudemos expor nossos chocolates, conhecer esse público diferenciado, conversar com esse cliente e ter uma visão real do mercado internacional”, afirma Centeno. ➡

## APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

Para potencializar a capacitação e oferta de serviços, o CIN do Pará firmou uma parceria com o Sebrae/Pará. O modelo de parceria entre as duas entidades é referência para outros Centros Internacionais no Brasil e contribui para garantir o assessoramento integral com soluções que vão desde a análise do perfil empresarial, elaboração de plano de negócios e inteligência comercial para subsidiar a estratégia de exportação das empresas.

“Para garantir uma entrada segura em mercados globais cada vez mais competitivos, fornecemos às nossas empresas um suporte completo sobre internacionalização, desde pesquisas sobre o comércio exterior, informações econômicas, culturais e jurídicas de cada país, além de capacitação por meio de cursos e missões internacionais, que ajudam as empresas a entender o processo de internacionalização e conhecer melhor suas reais oportunidades de negócios nos mais diferentes mercados”, explica Lobato.

“Esse suporte traz resultados práticos porque uma coisa é você desenvolver um novo produto e lançar, outra coisa é você testá-lo no mercado diretamente com o cliente. Além disso, nos proporciona network com outras empresas, conhecer tendências, e isso me fez ter várias ideias para melhorar meus produtos. E quando a gente diz pra um cliente que já participou de feira internacional, isso abre portas aqui mesmo no mercado nacional, porque reflete o compromisso da empresa com a qualidade”, avalia Luciana Centeno.

### CIN PARÁ

55+ (91) 4009-4996

cin@fiepa.org.br

CentroInternacionalDeNegocios

# VIDA CORPORATIVA

## A GENTILEZA NO AMBIENTE CORPORATIVO: RELAÇÕES MAIS HUMANAS FORTALECEM VÍNCULOS E AGREGAM VALOR AOS NEGÓCIOS



**G**entileza nunca sai de moda. Prova disso é que o alemão Albert Schweitzer foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz em 1952 e, na ocasião, eternizou a frase símbolo do seu trabalho enquanto filósofo: “Assim como o sol derrete o gelo, a gentileza evapora mal-entendidos, desconfianças e hostilidade”. Mais de 60 anos se passaram e a gentileza continua sendo essencial, mas agora ela invade o cotidiano das empresas e se tornou uma poderosa ferramenta de marketing.

O conceito de Marketing de Gentileza surgiu da necessidade de humanizar o atendimento nas empresas brasileiras, pois hoje entende-se que o marketing não é apenas sobre marcas, produtos, serviços ou eventos, e sim sobre relações humanas. A importância de um bom tratamento é essencial. “Estamos nesse momento de humanização entre as empresas e o público, entre marca e clientes. É a humanização de pessoas para pessoas. E o mais interessante é que

isso é o básico. E justamente por ser o óbvio, é onde a gente erra. Acabamos dando muita atenção para aquilo que é mais complexo, como as inovações, as novas tecnologias”, avalia Laíze Damasceno, jornalista, especializada em comunicação corporativa e criadora do conceito.

### NADA DE FRIEZA

O processo de humanização representa muitos ganhos, por isso é importante investir nessa vertente de cultura corporativa. Laíze crê que, muitas vezes, a dificuldade em vender é um nó que pode ser facilmente desfeito a partir do marketing de gentileza. “Quando tudo é humanizado desde o primeiro contato, seja pelo site, um cartão de visita ou anúncio, o cliente se sente acolhido e tem a percepção de que aquela empresa não está ali somente para vender custe o que custar, e isso faz com que ele confie mais”, dá a dica.

Outro ponto é fazer com que o cliente não seja tratado como ape-



**GENTILEZA NÃO É SÓ DAR ‘BOM DIA, BOA TARDE E BOA NOITE’ NEM FICAR DIZENDO SIM PARA TUDO OU FALAR COISAS FOFINHAS O TEMPO TODO. É MAIS PROFUNDO, UM EXERCÍCIO DIÁRIO DE PERCEBER A NECESSIDADE DE ALGUÉM E AJUDAR SEM ESPERAR ALGO EM TROCA. DAR ATENÇÃO GENUÍNA, VERDADEIRA. ASSIM FICAMOS MAIS CAPAZES DE DESENVOLVER A EMPATIA E CONQUISTAR A CONFIANÇA DAS PESSOAS”**

📍 Palestra sobre Marketing de Gentileza realizada pela Laíze, na FIEPA



## CINCO PASSOS DO MARKETING DE GENTILEZA PARA EMPRESAS



### ATENÇÃO

Verifique qual é o propósito da sua empresa e a sua missão



### EMPATIA

Perceba quem é seu público-alvo e quais as suas reais necessidades



### HUMANIZAÇÃO

Utilize uma linguagem que o aproxime do seu público e que seja um dos diferenciais do negócio



### GENTILEZA

Verifique quais estratégias criar para conquistar as pessoas



### CONFIANÇA

Investigue quais são seus indicadores de confiança

nas mais um consumidor na multidão. “O marketing de gentileza colabora para a formação de defensores daquela marca, apaixonados por aquela marca. Se a empresa tiver um propósito claro, valores e missões que o cliente consiga entender, dá para formar embaixadores que espontaneamente farão marketing gratuito por se identificarem com a filosofia da empresa, sentindo-se amigos da empresa”.

Democrático e de aplicação ampla, o marketing de gentileza desconhece barreiras entre empresas inovadoras e “descoladas e empresas mais tradicionais, já que o conceito enxerga valor e vantagem em ambas as categorias de negócios. “O conceito se adapta bem à cultura de cada empresa. Uma empresa mais tradicional ou ‘quadradona’ pode muito bem ser capaz de humanizar as relações. A minha metodologia de trabalho foi desenvolvida considerando isso. O importante é a empresa não ser resistente a novas estratégias”, diz Laíze.

Dar o primeiro passo sempre

# 68%

**DAS EMPRESAS PERDEM CLIENTES PORQUE ESTES NÃO GOSTAM DO TRATAMENTO E ATENDIMENTO RECEBIDO**

📍 Fonte: American Society Quality – ASQ

é a parte mais difícil. Por isso, o método começa pela atenção, que significa olhar para dentro da própria empresa e enxergar seus valores humanos, propósito e missão, em um trabalho de autoconhecimento. “Sem isso não dá. Antes de olhar para fora, temos que olhar para dentro. Não estou falando daquele conceito preso numa parede como uma frase bonita. Vai além. Se a empresa não tem um propósito definido, fazemos um trabalho de descoberta. Mas toda empresa tem propósito, pois elas são feitas de pessoas e pessoas têm propósitos”, garante. 📍

# Alcoa promove empreendedorismo na juventude em Juruti

**PROGRAMA MINIEMPRESA CONTA COM O APOIO DE EMPRESAS LOCAIS**

**E**m Juruti, onde mantém um empreendimento de mineração de bauxita, a Alcoa investe no programa Miniempresa, que este ano chega à sexta edição consecutiva. Promovido pelo Instituto Alcoa, com a participação de empresas locais, até agora o programa já beneficiou 95 estudantes secundaristas de escolas públicas de Juruti. Os jovens mergulham numa experiência empresarial, apren-

dendo a organizar e administrar um negócio, com a metodologia da Junior Achievement (fundação educativa privada, criada nos Estados Unidos em 1919, que atua no Pará desde 2005) e o apoio de colaboradores da Alcoa, que são os conselheiros voluntários.

A vivência prática do negócio gira em torno da fabricação de cabides de alumínio, quando os alunos assumem desafios profis-

sionais na operação de uma minifábrica, pelo período de 15 semanas. A equipe elege presidente e diretores para as áreas de Recursos Humanos, Produção, Finanças e Marketing; produzem e vendem, buscando o máximo de produtividade e rentabilidade; pagam salários e recolhem encargos e impostos que serão doados a instituições assistenciais. Desde o início do programa, os estudan-





95 estudantes de escolas públicas de Juruti já foram beneficiados.

tes do Miniempresa produziram mais de 4.200 cabides.

O resultado pode ser notado na vida de jovens como Bruna Larissa de Brito Rodrigues, 24 anos, que aos 17 participou da primeira turma do Miniempresa e hoje trabalha numa contratada da Alcoa Juruti. “O programa me fez entender como funciona uma empresa e seus setores produtivos, trabalhando com respeito a todos. Tivemos a parte teórica e a parte prática, que nos levaram a conhecer de perto a empresa. Colocamos a mão na massa e produzimos cabides que foram um sucesso na cidade. Conseguimos vender e até fazer encomendas. Tivemos lucro do próprio trabalho e, no final, fizemos a partilha do que vendemos, como se fôssemos sócios da empresa. Foi fantástica a sensação de colocar a mão na massa para o processo evoluir”, detalha a estudante.

Iranê Santiago, 16 anos, estudante da Escola Raimundo Sousa Coelho, está entrando no programa este ano. Ela faz parte da sexta turma do Miniempresa, que começou as atividades no dia 14 de agosto último. Sua expectativa é grande. “Nós vamos adquirir conhecimento e aprender como trabalhar com uma empresa, além de ter oportunidade de trabalhar com pessoas da nossa própria turma da sala de aula. Busco conhecimento e

uma direção sobre qual área realmente eu quero seguir. Então, é uma oportunidade única e para o futuro, pois isso também é uma forma de qualificação exigida pelo mercado de trabalho”, comenta.

Paulo David Gusmão Andrade também demonstra grande expectativa com o curso, integrando a turma 2018. “Esse projeto pode me ajudar muito, pois eu já tinha pensado em ter uma empresa, mas não tinha visto nenhum projeto como esse que pudesse alimentar mais a minha vontade de, no futuro, ser um grande empresário”, expressou. A turma da temporada 2018 é composta por 25 estudantes de 2º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Raimundo de Souza Coelho, que participarão de 15 encontros, com atividades até 12 de dezembro próximo.

Para o gerente de Relações Institucionais da Alcoa Juruti, Rogério Ribas, o Miniempresa reflete a proposta da Alcoa de desenvolver operações integradas ao município, implementando, voluntariamente, ações de responsabilidade social e de benefício direto à população. “Estamos oferecendo a oportunidade aos jovens estudantes de Juruti, para ajudá-los a promover o futuro, com responsabilidade e sustentabilidade, por meio da atuação profissional, materializada no programa Miniempresa”, destacou. ➔

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Outra iniciativa importante da Alcoa em educação é a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) para a qualificação de mão de obra em Juruti. Desde o período de implantação, foram entregues quase 8.000 certificações, em mais de 100 tipos de cursos, totalizando em torno de 86 mil horas-aula ministradas. A diversidade também é valorizada e incentivada no SENAI: 32% dos formados no SENAI Juruti são mulheres.

Ana Paula Lima, que já fez o curso de Eletricista Industrial, atualmente cursa Técnico em Química e também está se capacitando em Excel Intermediário. As formações vêm proporcionando a ela a oportunidade de evoluir no mercado de trabalho. Hoje ela trabalha no laboratório físico da Alcoa em Juruti. “Tenho muita gratidão, pois, graças à formação pelo SENAI, as portas do mercado de trabalho se abriram pra mim”, reconhece Ana Paula.

➔ **Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – SINDITEC**

Presidente: Helio Junqueira Meireles  
Endereço: Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar – Nazaré  
66.035-190 | Belém – PA | (91) 4009-4896  
E-mail: heliob@castanhal.com.br | fibriaribelem@gmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Acará – SIMAVA**

Presidente: Oseas Nunes de Castro  
Endereço: Av. Benedito Alves Bandeira S/N - Núcleo Urbano  
68.680-000 | Tomé Açú-PA | (91) 3727-1035  
E-mail: simavasinidato@yahoo.com.br / madeireiramais@hotmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará – SIGOPA**

Presidente: Delmas Luiz de S. Rodrigues  
Trav. 15 de novembro, 95 – Altos - Centro  
68.005-290 | Santarém-PA  
Fone: (93) 3522-5587 / 3523-6103  
E-mail: tipografabolinha@gmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – SIGEPA**

Presidente: Carlos Jorge da Silva  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 4009-4985 / 3241-5744  
E-mail: sigepa@globo.com / sigepa@fiepa.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas do Estado do Pará – SINDUSROUPA**

Presidente: Rita Aréas  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bloco A, 6º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 4009-4872  
E-mail: sindusroupa@yahoo.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado do Pará – SINDMÓVEIS**

Presidente: Maurício Rizozi Kaiano  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 3212-3318 | 4009-4879  
E-mail: sindmoveis@fiepa.org.br / mauriciokaiano@gmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – SINOLPA**

Presidente: Antônio Pereira da Silva  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B  
Fone: 4009-8008  
E-mail: sinolpa@sinolpa.org.br / sinolpa.pereira@gmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – SIMEPA**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 3223-7146 / 3242-7107  
E-mail: simepa@simepa.org.br / mmarcos@marcosmarcelino.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Pesca do Estado do Pará – SINPESCA**

Presidente: Apoliano Oliveira do Nascimento  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 1º andar - Nazaré  
66.035-1290 | Belém-PA | (91) 3241-4588 / 4009-4897  
E-mail: sinpesca@fiepa.org.br / apoliano Nascimento@gmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias de Madeira de Jacundá – SIMAJA**

Presidente: Jonas de Castro (NT)  
Rua Teotônio Vilela, 20  
68.590-000 | Jacundá-PA | (94) 3345-1224 / 3345-1186  
E-mail: sidsimaja@hotmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Estado do Pará – SINDUSCON**

Presidente: Alex Dias Carvalho  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 1º andar  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 3241-4058 / 4009-4887 / 3241-3763  
E-mail: secretaria@sindusconpa.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria do Estado do Pará – SINDIPAN**

Presidente: André Henrique de Castro Carvalho  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré Sala 8  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 3222-5140 / 3241-1052  
E-mail: sindipan.pa@gmail.com / lev-pao@uol.com.br / elias@fiepa.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Castanhal e da Região Nordeste do Pará – SIMENE**

Presidente: Roberto Kataoka  
Rod. Br. 316, Km. 62, S/N – Cristo Redentor  
68.745-000 | Castanhal – PA | (91) 3721-6445 / 3721-3835 / 3711-0868  
E-mail: simenepa@hotmail.com / contato@simene-pa.org.br / rkataoka@oyamota.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias da Construção Naval do Estado do Pará – SINCONAPA**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos (91) 98114-2112  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA sala 7 | (91) 3224-4142 / 4009-4981  
E-mail: sinconapa@fiepa.org.br / fabio@siconapa.org.br / Janice.anjos@riomaguari.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Bebidas do Estado do Pará – SIBECE**

Presidente: Juarez de Paula Simões (91) 99166-1130  
Trav. Benjamin Constant, 1571  
66.035-060 | Belém-PA | (91) 3201-1500  
E-mail: juarezsimoes@gruposimoes.com.br / janetedantas17@gmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – SINDISERPA**

Presidente: Fábio Alves dos Santos  
Rod. PA 125, Km 02 – Polo Moveleiro  
68.625-970 | Paragominas-PA | (91) 3011-0053  
E-mail: claudiocipriano26@gmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias de Palmitos do Estado do Pará – SINDIPALM**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa (91) 98129-0001  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré  
66.0356-190 | Belém-PA | (91) 3225-1788 / 4009-4883  
E-mail: sindipalm@fiepa.org.br / brunoiniduspar.com.br

➔ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – SINDOLPA**

Presidente: Rivanildo Samuel Hardman (91) 99112-9085  
Av. Barão do Rio Branco, 1515, aptº 1201  
68.742-000 | Castanhal-PA | (91) 3809-1500  
E-mail: diretorio@ceramicavermelhahapara.com.br / vendasgrupostamaria.com.br / dulor@ig.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará – SINOVESPA**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro (91) 99144-9443  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588 – Bl. B, 6º andar – Sala 4  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 4009-4871  
E-mail: sinovespa@fiepa.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – SINQUIFARMA**

Presidente: Nilson Monteiro de Azevedo (91) 99984-7248  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. B, 6º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 3241-8176 / 4009-4876  
E-mail: sinquifarma@fiepa.org.br / nilson@fiepa.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, café, Snaks Cond. de Castanhal – SIAPA**

Presidente: Adson Santos Barbosa  
Rod. Br. 316, Km. 62, S/N | Castanhal-PA  
668745-000 | (91) 3711-0868  
E-mail: siapa@linknet.com.br / asbcoringa@gmail.com /

➔ **Sindicato das Indústrias de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua – SINDIMAD**

Presidente: Leônidas Ernesto de Souza  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. A, 5º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91)3242-4081 / 4009-4878 / 3242-7342  
E-mail: sindimade@sindimade.com.br | financeiro@aimex.com.br

➔ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – SINDICARNE**

Presidente: Daniel Acatauassu Freire  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bl. A, 3º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 3225-1128 / 4009-4886  
E-mail: sindicarne@fiepa.org.br / livestock@mercurioalimentos.com.br / abasneto@yahoo.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias Cerâmica de São Miguel do Guamá e Região – SINDICER**

Presidente: Antônio Aécio Miranda  
Rod. Br. 010, Km. 1809 – Centro  
68.660-000 | São Miguel do Guamá-PA | (91) 3446-2564 / 3446-1184  
E-mail: sicompa@hotmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias Madeireira e Movelaria de Tailândia – SINDIMATA**

E-mail: Presidente: Josefran da Silva Almeida  
Av. Belém, S/N | 68.695-000 | Tailândia/PA  
(91) 3752-1233 / 3752-1309 / CONTATO RENATA: (91) 99106-8900  
E-mail: sindimata@yahoo.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Castanhal – SINDUSCON/CAST**

Presidente: Nelson Kataoka  
Rod. Br. 316, Km. 62, S/N – Cristo Redentor  
68.745-000 | Castanhal-PA | (91) 3721-3835 / (91) 3711-0804  
E-mail: delegaciacastanhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – SINDIREPA**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes  
Tv. Quintino Bocaiúva, 1588 / Bloco B, 6º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91) 3254-5826  
E-mail: tecnover2@yahoo.com.br / sindirepa@fiepa.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Frutas e Derivados do Estado do Pará – SINDIFRUTAS**

Presidente: Solange Maria Alves Mota  
Trav. Quintino Bocaiúva, 1588, Bloco B, 6º andar - Nazaré  
66.035-190 | Belém-PA | (91)3212-2619  
E-mail: sindifrutas@fiepa.org.br / solangemotato@hotmail.com

➔ **Sindicato das Indústrias de Madeira do Baixo e Médio Xingu – SIMBAX**

Presidente: Renato Mengoni Junior (NT)  
Rua Coronel José Porfirio, 2800 – São Sebastião  
68.372-040 | Altamira-PA | (93) 3515-3077  
E-mail: simbaxaltamira@yahoo.com.br / aimatreflorestadora@yahoo.com.br

➔ **Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará – SIMINERAL**

Presidente: José Fernando Gomes Junior  
Trav. Rui Barbosa, 1536, CEP 66.035-220  
Nazaré - Belém-PA | (91) 3230-4066 / 4055  
E-mail: simineral@simineral.org.br / coordenacao@simineral.org.br

➔ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará – SINDILEITE**

Presidente: Frederico Eduardo Machado Rodrigues  
Folha 27, Quadra 20, Lote 21 Sala 03, S/N Altos.  
68.509-290 - Marabá-PA | (94) 3321-1953 / 063 99144-3934 (Jorge tuitoia)  
99190-5757 (mineiro)  
E-mail: sindileite@hotmail.com / jorgetuitoia@hotmail.com

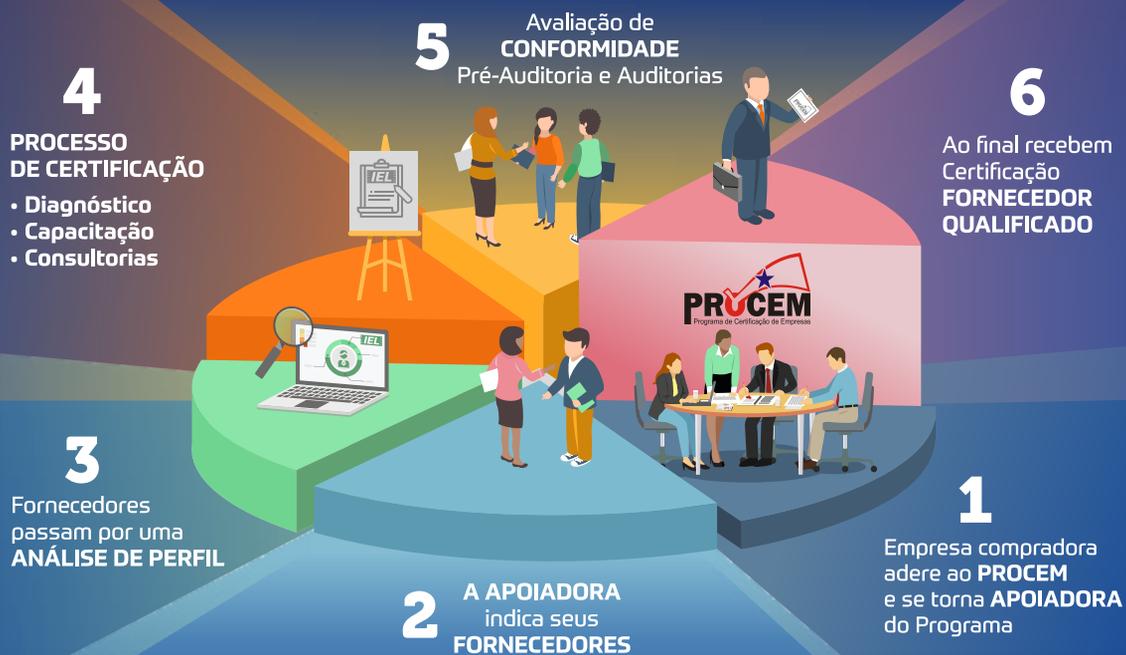
➔ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará – SINDIFERPA**

Folha 32, Quadra 09, Lt 02 - Nova Marabá | 68.508-090 - Marabá / PA  
zefera@maragusa.com.br

## Certificação para quem quer crescer

O Procem desenvolve e qualifica fornecedores locais para fazer negócios com grandes indústrias do Pará

### COMO FUNCIONA



### Capacitação e Consultorias:

- Qualidade, produtividade e inovação
- Gestão contábil, tributária e trabalhista
- Gestão da Saúde, Segurança e Meio Ambiente
- **Compliance**

**IEL PARÁ**  
(91) 4009-4745  
marcella@iel-pa.org.br

[www.iel-pa.org.br](http://www.iel-pa.org.br)





Construindo histórias  
de sucesso no Pará

A REDES/FIEPA  
completa sua maioria  
segundo firme na  
responsabilidade de ser  
um **indutor de inovação.**

O momento é para estarmos mais próximos, **desenvolvendo soluções inovadoras**, criando um futuro que alie os aprendizados adquiridos ao longo desses 18 anos, com a **criatividade inspiradora dos empreendedores paraenses.**

É isso que nos move, é isso que faz da nossa missão um lema de vida: ser uma rede integradora entre agentes estratégicos, olho no olho e de mãos dadas sempre. **Indústrias, fornecedores e parceiros, pensando juntos o futuro que queremos construir.**

[www.redesfiepa.org.br](http://www.redesfiepa.org.br)

Siga nossas Redes Sociais:



**redesfiepa**

